

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

VERSÃO PARA APROVAÇÃO
JULHO DE 2012

CAREIRO DA VÁRZEA
TRABALHAR

CAREIRO DA VÁRZEA/AM



PROGRAMA DE APOIO À ELABORAÇÃO DOS
PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO
E DE GESTÃO INTEGRADA DE
RESÍDUOS SÓLIDOS
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO
DO AMAZONAS

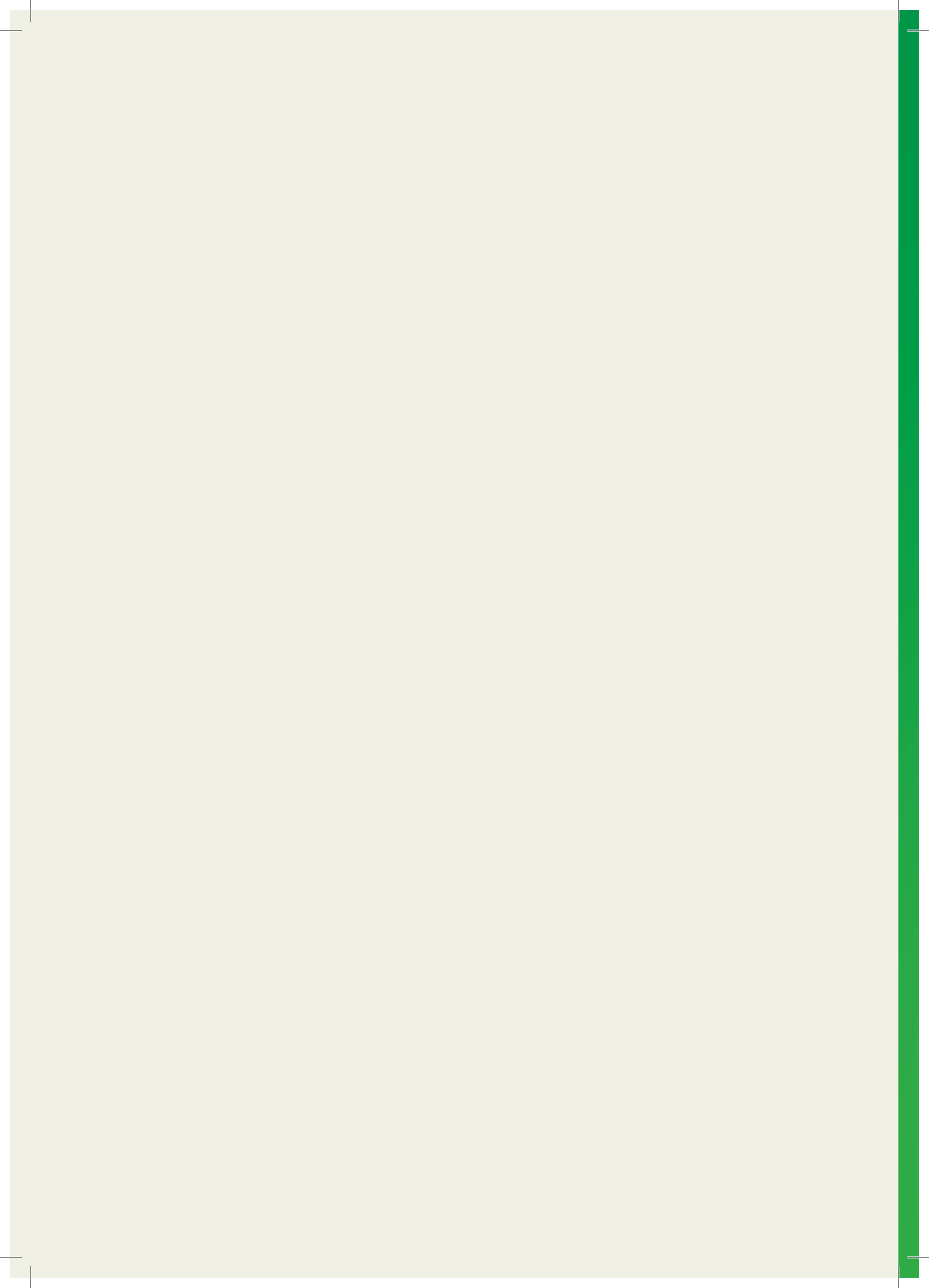
plamsan



AAM
ASSOCIAÇÃO
AMAZONENSE
DE MUNICÍPIOS

SDS
Secretaria de Estado do Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



CAREIRO DALHO
TRABALHO VÁRZEA

**PLANO MUNICIPAL DE
GESTÃO INTEGRADA
DE RESÍDUOS SÓLIDOS
DO MUNICÍPIO DE
CAREIRO DA VÁRZEA/AM**

(VERSÃO PARA APROVAÇÃO)

MARÇO DE 2013

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 OBJETIVOS	7
1.2 METODOLOGIA	8
2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PLANEJAMENTO	11
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS.....	11
2.2 LOCALIZAÇÃO	11
2.3 CARACTERIZAÇÃO DO MEIO NATURAL	14
2.3.1 Limites Territoriais.....	14
2.3.2 Áreas e Altitudes.....	17
2.3.3 Clima e Relevo	17
2.3.4 Hidrografia	18
2.4 ACESSOS	19
2.5 POPULAÇÃO.....	19
2.5.1 Região Administrativa.....	21
2.5.2 Crescimento Demográfico Local	21
2.6 CARACTERÍSTICAS URBANAS.....	23
2.7 SAÚDE	24
3 MOBILIZAÇÃO SOCIAL	25
3.1 JUSTIFICATIVA.....	25
3.2 A MOBILIZAÇÃO E O SANEAMENTO.....	25
3.3 FASES DE MOBILIZAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE	27
3.4 PLANO DE MOBILIZAÇÃO LOCAL	29
4 DIAGNÓSTICO	30
4.1 ASPECTOS GERAIS.....	30
4.1.1 Aspectos Sócios Econômicos.....	30
4.1.2 Situação do Saneamento Básico	39
4.1.3 Situação Geral dos Municípios da Região	42
4.1.4 Legislação em Vigor	43

4.1.5	Estrutura Operacional, Fiscalizatória e Gerencial.....	43
4.1.6	Iniciativas e Capacidade de Educação Ambiental.....	44
4.2	SITUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	44
4.2.1	Dados Gerais e Caracterização	44
4.2.2	Geração.....	46
4.2.3	Coleta e Transporte	56
4.2.4	Destinação e Disposição Final	57
4.2.5	Custos	58
4.2.6	Competências e Responsabilidades idos na lei Nº 12.305/2010...	59
4.2.7	Carências e Deficiências	59
4.2.8	Iniciativas Relevantes.....	59
4.2.9	Legislação e Normas Brasileiras Aplicáveis	60
5	ESTUDOS DEMOGRAFICOS.....	72
5.1	METODOLOGIA	72
5.1.1	Justificativa do Método Adotado.....	72
5.1.2	Relação Entre Variáveis	72
5.1.3	Coeficiente de Correlação Linear	73
5.1.4	Análise de Regressão	74
5.1.5	O Poder Explicativo do Modelo	74
5.2	PROJEÇÕES	75
5.2.1	Definição das taxas de crescimento populacional	75
5.2.2	Estimativas Populacionais.....	77
6	PARÂMETROS DE PLANEJAMENTO	79
6.1	GESTÃO ASSOCIADA	79
6.1.1	Perspectivas para a Gestão Associada com Municípios da Região	79
6.1.2	Definição das Responsabilidades Públicas e Privadas.....	79
6.2	DIRETRIZES, ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS, AÇÕES E METAS PARA O MANEJO DIFERENCIADO DOS RESÍDUOS.	80
6.2.1	Diretrizes Específicas	80
6.2.2	Estratégias de Implementação e Redes de Áreas de Manejo Local ou Regional.....	81
6.2.3	Metas Quantitativas e Prazos.....	82
6.2.4	Programas e Ações – Agentes Envolvidos e Parcerias	83
6.3	DIRETRIZES, ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS, AÇÕES E METAS PARA OUTROS ASPECTOS DO PLANO	83

6.3.1	Definição de Áreas para Disposição Final	83
6.3.2	Regramento dos Planos de Gerenciamento Obrigatórios.....	89
6.3.3	Ações Relativas aos Resíduos com Logística Reversa	90
6.3.4	Indicadores de Desempenho para os Serviços Públicos	91
6.3.5	Ações Específicas nos Órgãos da Administração Pública	93
6.3.6	Iniciativas para a Educação Ambiental e Comunicação.....	94
6.3.7	Definição de Nova Estrutura Gerencial	99
6.3.8	Sistema de Cálculo dos Custos Operacionais e Investimentos	100
6.3.9	Forma de Cobrança dos Custos dos Serviços Públicos	103
6.3.10	Iniciativas para Controle Social	104
6.3.11	Sistemática de Organização das Informações Locais ou Regionais.....	105
6.3.12	Ajuste na Legislação Geral e Específica	105
6.3.13	Agenda de Implementação.....	105
6.3.14	Monitoramento e Verificação dos Resultados	105

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS106

8 ANEXOS.....108

1 INTRODUÇÃO

1.1 OBJETIVOS

As ações de saneamento ambiental, ao longo da história da humanidade, tem sido tratadas com conteúdos diferenciados em função do contexto social, político, econômico, cultural de cada época e nação. O conceito de saneamento, como qualquer outro, vem sendo socialmente construído ao longo da história da humanidade, em função das condições materiais e sociais de cada época, do avanço do conhecimento e da sua apropriação pela população.

A noção de saneamento assume conteúdos diferenciados em cada cultura, em virtude da relação existente entre homem-natureza e também em cada classe social, relacionando-se, nesse caso, às condições materiais de existência e ao nível de informação e conhecimento.

Os princípios de uma política pública de saneamento ambiental no Brasil vêm sendo construídos na história recente do País, principalmente, a partir da década de 1980, recebendo influência dos seguintes fatos:

- a discussão em torno da Reforma Sanitária, que culminou com a realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde;
- o colapso do PLANASA, quando a discussão sobre uma política pública de saneamento mobiliza diversos segmentos da sociedade;
- a promulgação da Constituição Federal de 1988, em que os princípios democráticos tomaram a cena da política;
- as discussões em torno do Projeto de Lei nº 053/91 e do Projeto de Lei da Câmara nº 199/93, quando os princípios de uma política pública de saneamento começam a ser delineados;
- a proposição e debate em torno do Projeto de Lei do Senado nº 266/1996 e do Projeto de Lei do Poder Executivo nº 4.147/2001, que tinham como um dos objetivos a privatização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;
- a I Conferência Nacional de Saneamento, realizada em 1999, a partir da qual os princípios fundamentais de uma política pública de saneamento passam a ser formulados e discutidos; e,

- o Projeto de Lei do Poder Executivo nº 5.296/2005, que institui diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Básico.

O Governo do Estado do Amazonas vem implementando, desde o ano 2000, um processo de devolução, aos municípios do interior, dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, até então a cargo da Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA.

Em relação aos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, no Estado do Amazonas, as Prefeituras Municipais são, predominantemente, responsáveis por sua administração e operação.

A partir da promulgação da Lei nº 11.445/07, de 5 de janeiro de 2007, que institui a Política Nacional de Saneamento Básico, regulamentada pelo Decreto nº 7.217/10 de 21 de junho de 2010 e da Lei nº 12.305/10, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/10, de 23 de dezembro de 2010, os titulares dos serviços de saneamento se obrigam a elaborar os Planos Municipais de Saneamento Básico e os Planos Municipais de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos

Nesse contexto o Governo do Estado do Amazonas, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, os Municípios do Estado do Amazonas, através da Associação Amazonense de Municípios – AAM conceberam o Programa de Apoio à Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios do Estado do Amazonas – PLAMSAN.

1.2 METODOLOGIA

O Plamsan é uma iniciativa pioneira no País que viabilizou a elaboração simultânea dos planos de saneamento básico e de gestão integrada dos resíduos sólidos de 59 (cinquenta e nove) municípios do interior amazonense. Ele foi concebido a partir de uma estratégia de cooperação e integração entre técnicos municipais e técnicos vinculados à AAM.

O programa está baseado em duas premissas:

- apoio técnico: formação de uma rede de apoio, coordenada pela AAM, entre os técnicos envolvidos, para compartilhar conhecimentos e trocar experiências;



- capacitação: programa de capacitação especialmente desenvolvido para a apropriação dos conhecimentos pelos técnicos locais.

A metodologia utilizada, conforme ilustrada a seguir, possibilitou a elaboração dos planos de saneamento básico e dos planos de gestão integrada de resíduos sólidos de acordo com todas as exigências técnicas e legais.



Ademais, cabe salientar que entre os vários benefícios a metodologia utilizada permitiu adicionalmente, o seguinte:

- Otimização de recursos financeiros com a redução dos custos para elaboração dos planos municipais de saneamento básico e de gestão integrada de resíduos sólidos.
- Qualificação de técnicos municipais para a gestão da política de saneamento básico através da execução de programa de capacitação com real transferência de conhecimentos e apropriação de técnicas e instrumentos de gestão.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PLANEJAMENTO

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Registra-se como primeiro morador da região, em 1870, o caboclo Francisco Ferreira. Mas somente no ano de 1938, através do Decreto Lei n. 176, cria-se no município de Manaus, o distrito do Careiro.

Em 1955, é desmembrado do município de Manaus o seu território e o Careiro passa a ser município autônomo. No mesmo ato, a Vila do Careiro, sede do município, é elevada à categoria de cidade. Através da Lei n. 1828 de 30.12.1987, o município, sede da antiga Vila do Careiro, é criado sob a denominação de Careiro da Várzea.

Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Careiro da Várzea, pela lei estadual nº 1828, de 30-12-1987, desmembrado do município de Careiro. Sede no atual distrito de Careiro da Várzea (ex-povoado de Vila do Careiro). Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1989.

Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

2.2 LOCALIZAÇÃO

O estado do Amazonas pertence à Região Norte do Brasil e faz fronteiras com os estados do Pará (Leste); Rondônia e Mato Grosso (Sul); Acre (Sudoeste); Roraima (Norte); além de países como a Venezuela, Colômbia e Peru. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o estado possui 62 municípios, desde a última alteração feita em 1988, oficialmente subdividido em quatro mesorregiões e treze microrregiões. E de acordo com a Constituição do Estado do Amazonas, o espaço territorial do Estado é integrado por nove sub-regiões.

Careiro da Várzea é um município brasileiro no interior do estado do Amazonas situado 03° 13' 15" latitude sul e a 59° 49' 33" longitude oeste e está a uma distância de 22 km em linha reta da capital amazonense (Ilustração 2.2.1). Pertence à Mesorregião do Centro Amazonense (Ilustração 2.2.3) e Microrregião de Manaus (Ilustração 2.2.4).

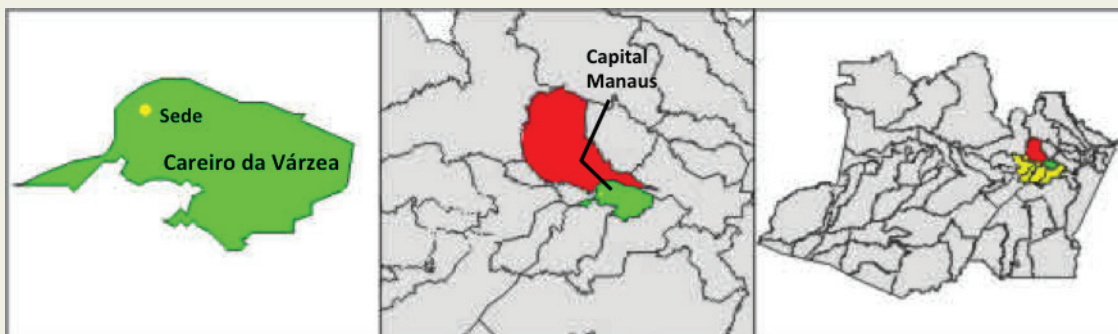


ILUSTRAÇÃO 2.2 1 - SEDE DO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA E DISTÂNCIA DA CAPITAL MANAUS (FONTE: SEGOV/AM)

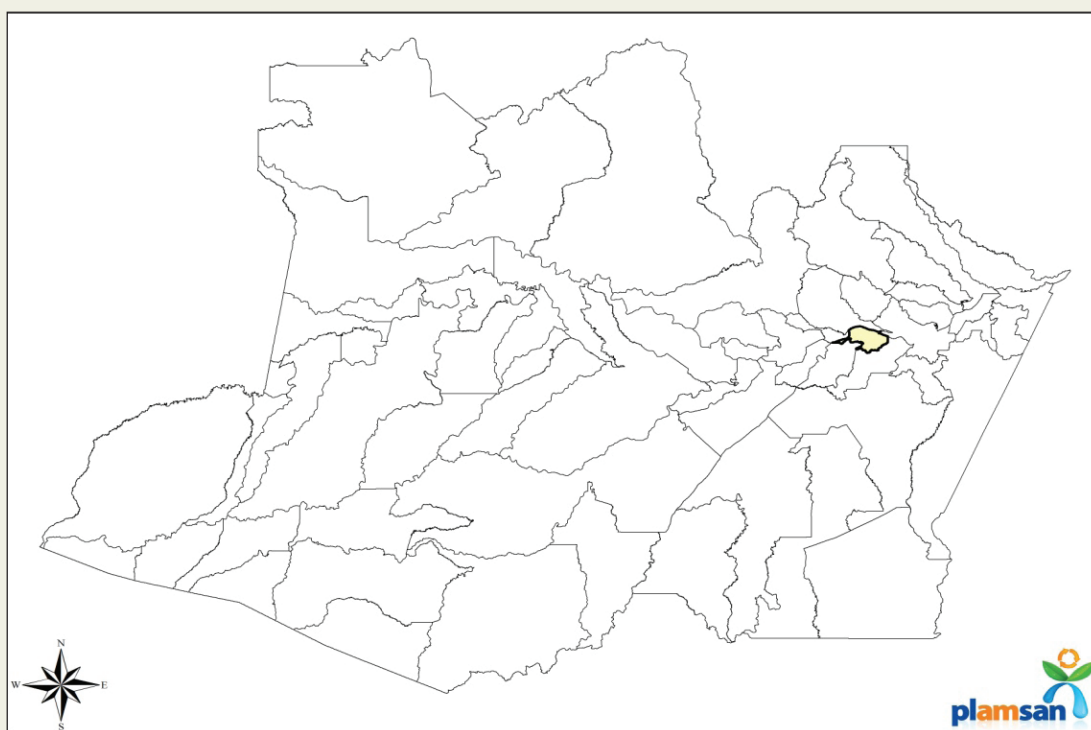


ILUSTRAÇÃO 2.2.2 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO EM RELAÇÃO AO ESTADO DO AMAZONAS

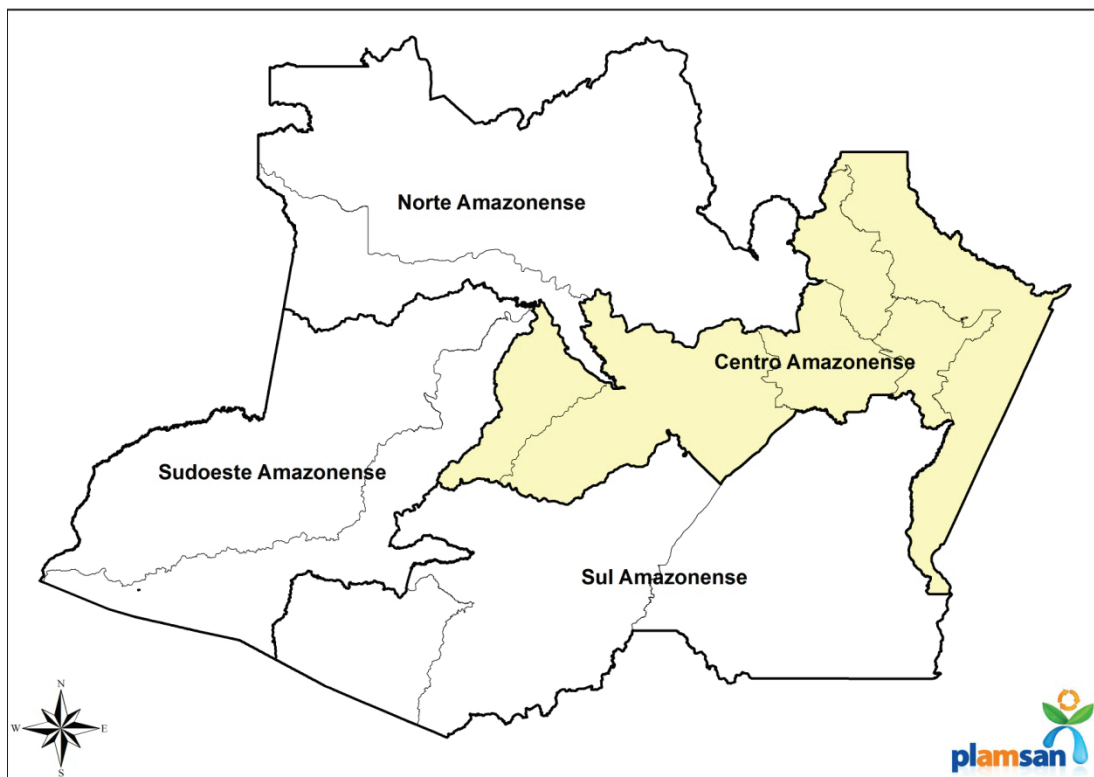


ILUSTRAÇÃO 2.2.3 MESORREGIÃO CENTRO AMAZONENSE

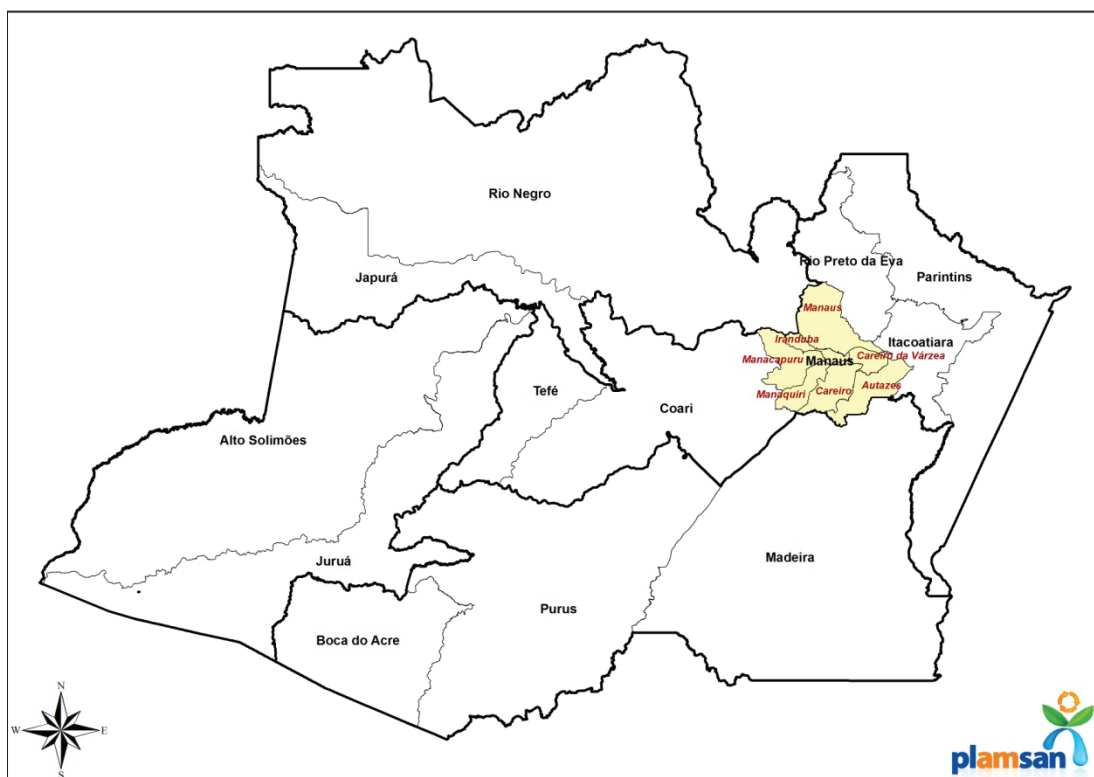


ILUSTRAÇÃO 2.2.4 MICRORREGIÃO DE MANAUS

Segundo a Constituição do Estado de Amazonas, Careiro da Várzea pertence a 7ª sub-região – Região do Rio Negro/Solimões, a qual é compreendida pela Capital Manaus e os municípios de Anamá, Anori, Autazes, Beruri, Caapiranga, Careiro, Careiro da Várzea, Coari, Codajás, Iranduba, Manacapuru, Manaquiri, Novo Airão e Rio Preto da Eva. (Ilustração 2.2.5).

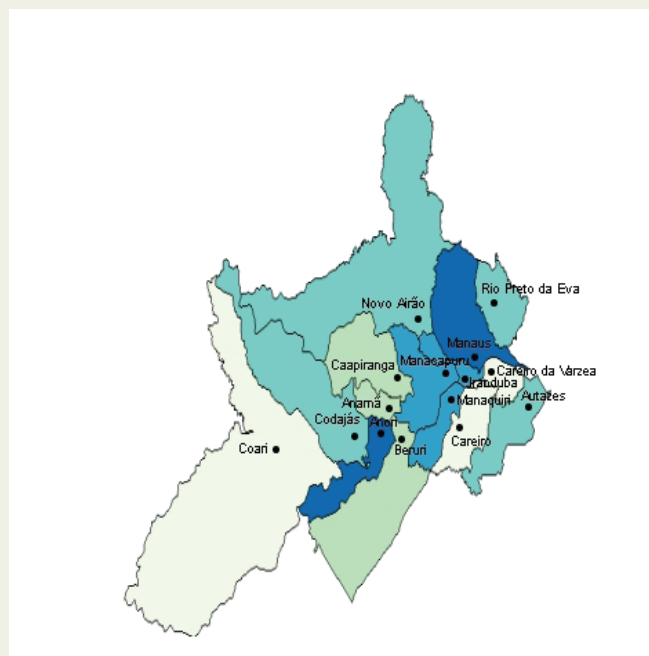


ILUSTRAÇÃO 2.2.5 - 7ª SUB-REGIÃO DO RIO NEGRO/SOLIMÕES (FONTE: SEGOV/AM)

2.3 CARACTERIZAÇÃO DO MEIO NATURAL

2.3.1 Limites Territoriais

Os municípios limítrofes de Careiro da Várzea são a capital Manaus, Itacoatiara, Autazes, Careiro, Manaquiri, Iranduba (Ilustração 2.3.1.1).



ILUSTRAÇÃO 2.3.1.1 – CAREIRO DA VÁRZEA: MUNICÍPIOS LÍMITROFES

Geograficamente, os limites de Careiro da Várzea ficam assim definidos (Fonte: Site citybrazil.com):

- Com o Município de Autazes a sudoeste:

Começando na interseção da margem direita do rio Amazonas com o meridiano da confluência do rio Mutuca, no Paraná do Autaz Mirim; este meridiano, para sul; até alcançar a interseção de suas cabeceiras com a linha que limita os Municípios do Careiro/Autazes.

- Com o Município de Careiro ao sul:

Começando na interseção da linha que limita os Municípios do Careiro/Autazes com a cabeceira do rio Mutuca, daí pelo divisor de águas rio Mutuca e Paraná do Autaz Mirim até o ponto confrontante da foz do lago do Purupuru com Paraná do Autaz Mirim, seguindo pelo contraforte até a referida confluência, desta confluência seguindo pelo Paraná do Autaz Mirim até a foz do lago do Salsa, desta foz pelo divisor de águas lago do Purupuru com o igarapé Jacuraru até sua interseção com o eixo da rodovia BR-319 com o Ramal 22, no Km 22.

Esta rodovia no sentido da cidade de Manaus, até sua interseção com o Paraná do Autaz Mirim, este Paraná subindo por uma linha mediana, até sua confluência com a margem direita do Paraná do Curari-Grande, desta confluência por uma linha, no sentido sudoeste, até encontrar a confluência do igarapé do Barão com o igarapé do Cacau, desta confluência por uma linha no sentido noroeste, até encontrar o divisor de águas Paraná do Pacatuba/Paraná do Curarizinho, deste divisor no sentido oeste, até alcançar o Paraná do Caipe, este Paraná subindo por uma linha mediana até sua confluência com o lago do Janauacá.

- Com o Município de Manaquiri a sudoeste:

Começando na confluência do Paraná da Caipe com o lago do Janauacá, este lago, por sua linha mediana, e depois pela linha mediana do igarapé Janauacá até alcançar sua confluência com a margem direita do rio Solimões.

- Com o Município de Iranduba a noroeste:

Começando na confluência do Paraná Janauacá com a margem direita do rio Solimões, este rio, descendo por esta margem, até alcançar a boca de baixo do Paraná do Curari; desta boca, pela linha mediana do rio Solimões, até alcançar sua confluência com o rio Negro/rio Amazonas.

- Com o Município de Manaus a norte:

Começando na confluência do rio Solimões, com o rio Negro/rio Amazonas; desta confluência, por sua linha mediana descendo o rio Amazonas, até alcançar a boca de cima do Paraná da Eva.

- Com o Município de Itacoatiara a nordeste:

Começando na boca de cima do Paraná da Eva, desta boca por uma linha até alcançar a boca de baixo do Paraná da Onça na margem direita do rio Amazonas; este rio descendo por esta margem até alcançar sua interseção com o meridiano da confluência do rio Mutuca com o Paraná Autaz-Mirim, ficando as linhas do Careiro e das Onças para o Município do Careiro da Várzea.

Careiro da Várzea às margens do Rio Solimões, tendo como município mais próximo a capital Manaus, distando 25,78 km em linha reta do município (Tabela 2.3.1.1).

TABELA 2.3.1.1 – DISTÂNCIA EM LINHA RETA (KM) – MUNICÍPIOS LÍMITROFES
(FONTE: SITE AONDEFICA.COM)

Distância em linha reta (km)		
Careiro da Várzea	Manaus	25,78
	Irandura	40,64
	Manaquiri	74,02
	Careiro	85,72
	Autazes	86,95
	Itacoatiara	153,84

2.3.2 Áreas e Altitudes

O município encontra-se a uma altitude de 25 m acima do nível do mar. Ocupa uma área de 2.642 km² representando 6,38 % da Região, 0,17 % do Estado e 0,33 % de todo o território brasileiro, sendo 0,37 km² são de área urbanizada.

2.3.3 Clima e Relevô

O Clima de Careiro da Várzea é tropical chuvoso e úmido, de altas temperaturas e altos índices pluviométricos, o que provocam uma grande evaporação e que mais tarde se transforma em chuvas. A temperatura média é de 26 °C e a máxima oscilam entre 30°C e 38°C. O relevo é constituído de planície plana e baixa, onde 95% é várzea e os outros 5% são planalto de várzea.

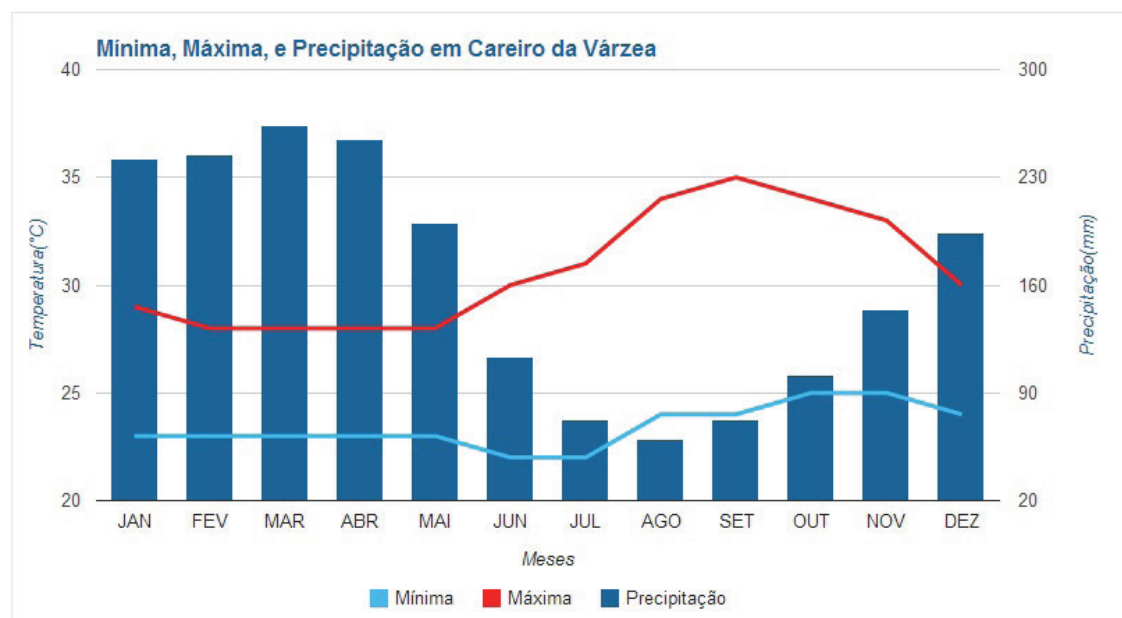


GRÁFICO 2.3.3.1 – DADOS CLIMATOLÓGICOS: MÉDIA DO PERÍODO DE 30 ANOS EM CAREIRO DA VÁRZEA/AM. (FONTE: CLIMATEMPO)

O relevo é **constituído** por planícies fluviais e fluviolacustres, característico de terras as margens do Rio Solimões. Sendo que a planície fluvial pode ser dividida em duas áreas distintas: planície fluvial inundável, que são áreas aplainadas resultantes de acumulação fluvial sujeita às inundações periódicas; planície fluvial alagada, que são áreas aplainadas constantemente alagadas. E planícies fluviolacustres **são áreas de acumulação que se posicionam nas imediações dos lagos, são cortadas por fluxos e paranás que subdividem os lagos através do efeito de colmatagem.**

2.3.4 Hidrografia

O principal rio que percorre no território do Careiro da Várzea é o Rio Solimões, seguido do Rio Urubu, Rio Preto da Eva, lago do poção, Paraná do Careiro, lago redondo. Na Ilustração 3.3.4.1 é possível observar a malha hidrográfica do Careiro da Várzea.

O Município sofre com a cheia dos rios pertencentes à bacia do Rio Amazonas, afetando 95% do município, o qual fica boa parte do ano submersa. Além de no Rio Solimões, característico de águas barrentas, ocorrer o fenômeno chamado de “terras caídas”, onde a força dinâmica da correnteza mais forte do rio erode a margem.

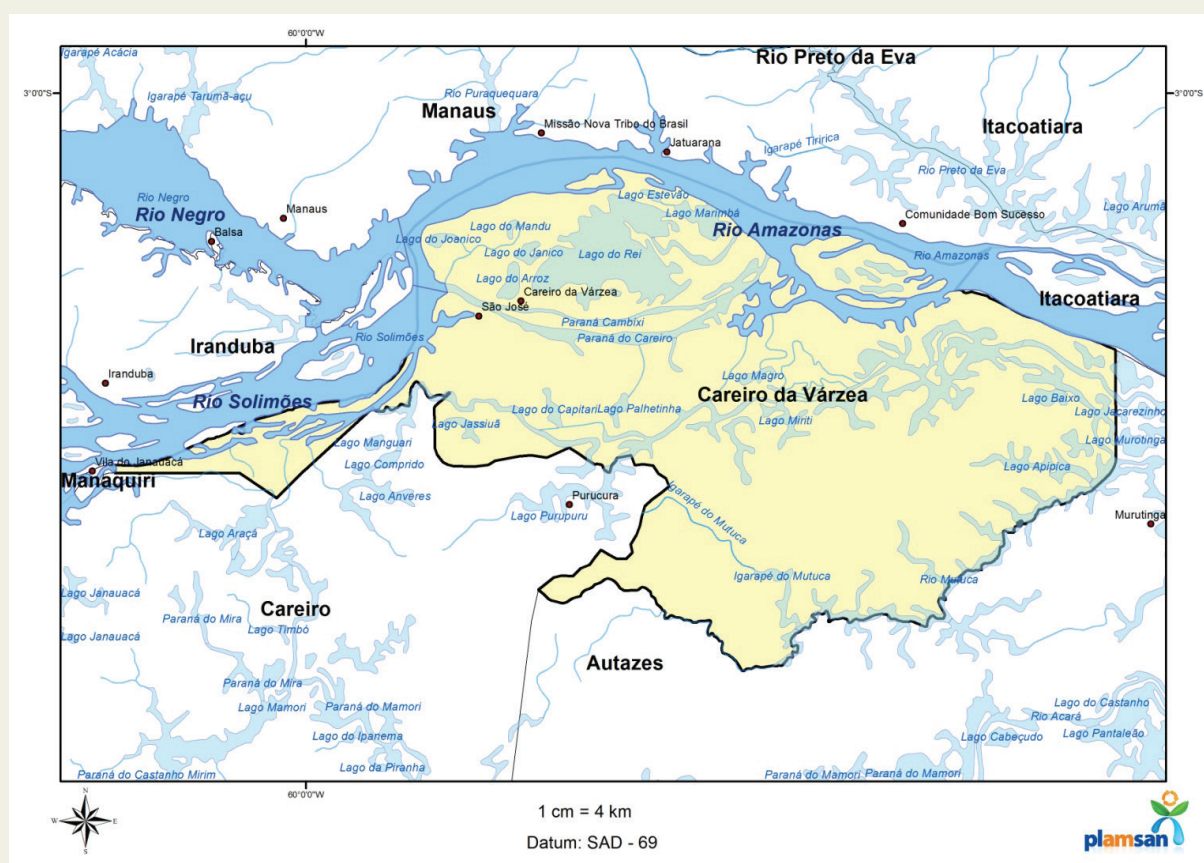


ILUSTRAÇÃO 3.3.4.1 HIDROGRAFIA DO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA

2.4 ACESSOS

O acesso ao município se dá por via fluvial, em embarcações que saem diariamente do porto de Manaus ou em lanchas rápidas que se desloca do porto do Ceasa em Manaus. Na figura 2.4.1 é possível observar as formas de acesso ao município de Careiro da várzea.

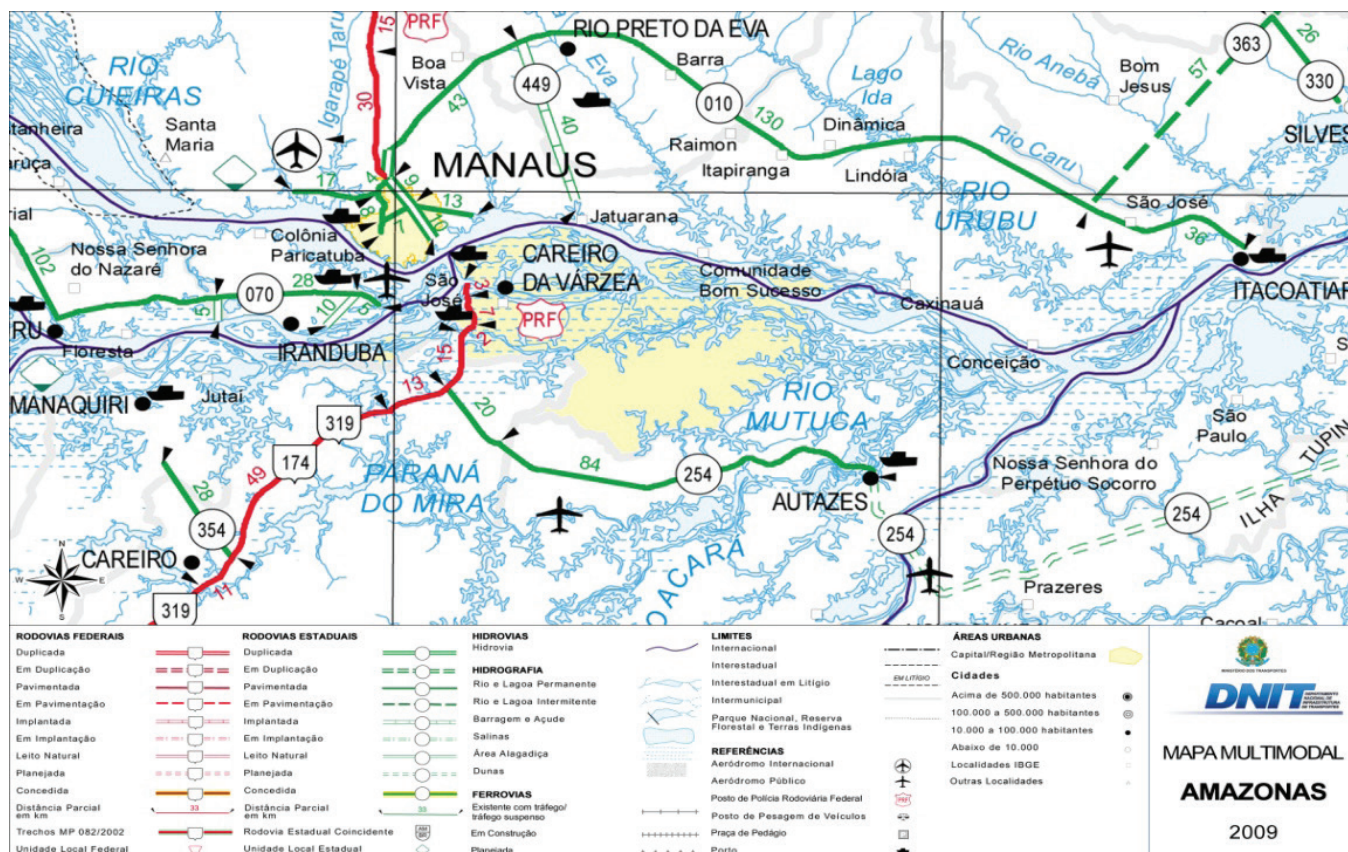


ILUSTRAÇÃO 2.4.1 ACESSO AO MUNICÍPIO

2.5 POPULAÇÃO

Sua população estimada pelo IBGE em 2010 era de 23.930 habitantes, 1.000 encontra-se na zona urbana e 22.930 na zona rural, é um município bem populoso de sua microrregião.

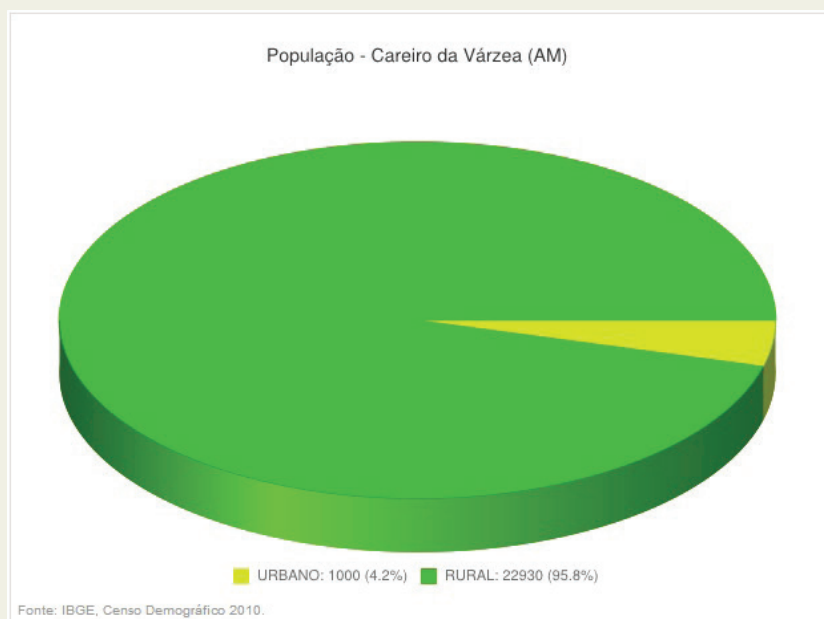


ILUSTRAÇÃO 2.5 1 POPULAÇÃO URBANA X RURAL (FONTE: IBGE)

Conforme a ilustração abaixo se demonstra a população predominante é a masculina na faixa etária de 10 a 14 anos, nas demais faixas etárias prevalecem à população masculina.

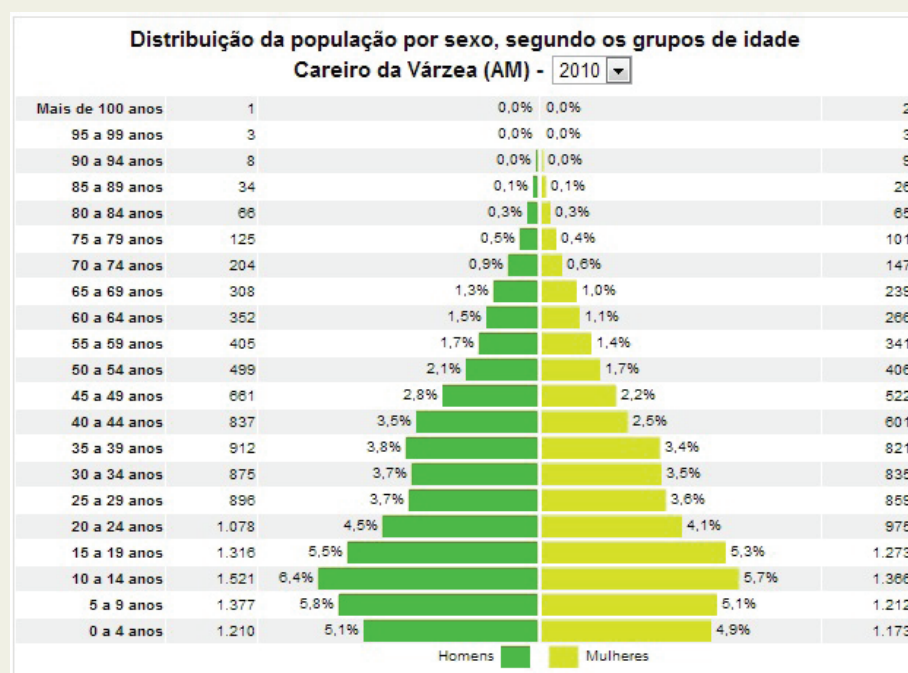


ILUSTRAÇÃO 2.5.2 PIRÂMIDE FAIXA ETÁRIA POPULACIONAL (FONTE: IBGE)

2.5.1 Região Administrativa

A Região Metropolitana de Manaus, conhecida também como Grande Manaus, está localizada no Estado do Amazonas e reúne oito municípios em processo de conurbação. Foi criada pela Lei Complementar Estadual nº52 de 30 de maio de 2007. Formada inicialmente por sete cidades (Manaus, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Careiro da Várzea, Iranduba e Novo Airão), mais tarde foi acrescentado o município de Manacapuru.

O termo refere-se à extensão da capital amazonense, formando com seus municípios vizinhos a Região Metropolitana de Manaus. Com 2.106.866 habitantes (Censo IBGE/2010), é a maior Região Metropolitana da Região Norte do Brasil e a décima primeira do país.

Em agosto de 2007 foi deflagrado o processo licitatório para as obras de construção da ponte sobre o rio Negro, que ligaria a capital Manaus aos vizinhos municípios de Iranduba e Manacapuru para conurbar os demais municípios com mais facilidade (D.O.U., de 15.8.2007). A referida ponte foi inaugurada em outubro de 2011 com o objetivo de gerar uma maior integração entre os municípios que compõem a RMM. É um dos maiores parques industriais do Brasil. Sozinha a Região Metropolitana representa 60% da população do Amazonas e cerca de 14,89% da população da Região Norte do Brasil.

2.5.2 Crescimento Demográfico Local

O crescimento demográfico de Careiro da Várzea pode ser visualizado no gráfico 2.5.2.1, o qual demonstra os resultados dos Censos Demográficos realizados pelo IBGE a partir de 1970 até o Censo do ano de 2010, organizados por população urbana, rural e total.

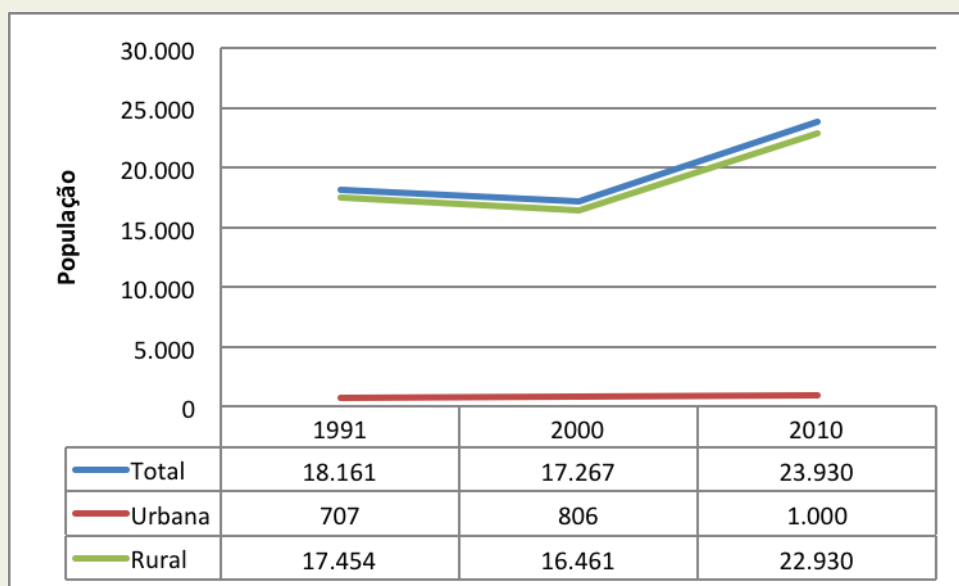
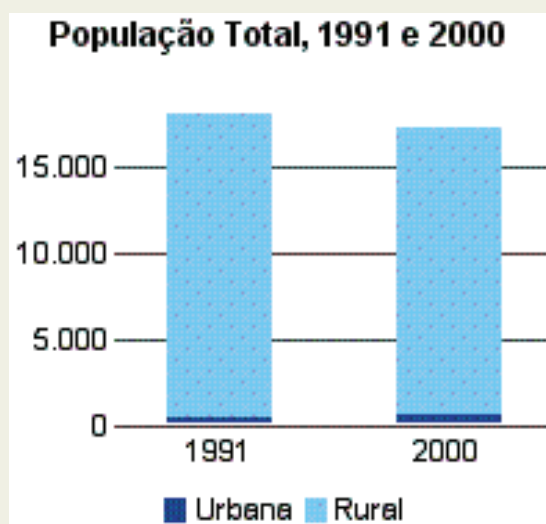


GRÁFICO 2.5.2.1 CRESCIMENTO POPULACIONAL DOS CENSOS DE 1991 A 2010. (DADOS: IBGE)

No período 1991-2000, a população de Careiro da Várzea teve uma taxa média de crescimento anual de -0,58%, passando de 18.161 em 1991 para 17.267 em 2000.

A taxa de urbanização cresceu 19,91, passando de 3,89% em 1991 para 4,67% em 2000. Em 2000, a população do município representava 0,61% da população do Estado, e 0,01% da população do País.

Segundo o censo do IBGE de 2010 o crescimento populacional no Careiro da Várzea em 10 anos foi 38,78%.



A população rural de Careiro da Várzea está distribuída em 57 comunidades rurais, entre as maiores estão as de São Francisco (BR 319), Baixo Cambixe e Parauá (Prefeitura de Careiro da Várzea, 2013).

Segundo a prefeitura de Careiro da Várzea encontram-se no município de 08 aldeias Indígenas denominadas Jabuti, Gavião, Boa Vista, Santo Antonio do Pipica, Jutai, Bom Futuro, Ponciano e Sessaima, todas de etnia mura.

2.6 CARACTERÍSTICAS URBANAS

A sede do Careiro da Várzea está à margem esquerda do Paraná do Careiro, suas ruas são planas e de pouca elevação, a pavimentação da sede é toda em concreto.

O município do Careiro da Várzea conforme indica seu nome foi sendo construído ao longo de um trecho de várzea do rio Solimões-Am. Apresenta a peculiaridade de estar localizado em cotas topográficas baixas que o submetem à alagação anual em um período de pelo menos quatro (4) meses.

Os processos de cheias e vazantes dos rios Amazonas determinam a rotina das cidades, processos esses cujos ribeirinhos estão habituados a lidar, como aconteceu com a cheia de 2012, quando quase todo território da sede ficou inundado. A cidade sofreu intensamente com a alagação, o que deixou toda a área urbana sob a água, conforme a Ilustração 2.6.1.





ILUSTRAÇÃO 2.6.1 SEDE DO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA NA CHEIA DE 2012.
 FONTE: A CRÍTICA UOL.

2.7 SAÚDE

Atualmente, o Município apresenta um total de 21 Unidades de Saúde, e 1 Unidade mista, compreendendo o Sistema Municipal, Estadual e Federal, contando com médicos, enfermeiros, **técnicos de enfermagem**, agente rural, dentistas, nutricionista, fisioterapeuta, psicólogo, agente comunitário e assistente bucal (PMCV).

O município possui gestão plena do Sistema Único de Saúde, na qual assume toda gestão dos recursos federais e estaduais, ficando responsável pelos recursos humanos, transporte e alimentação. No quadro 2.7.1 podemos identificar segundo a Secretaria de Saúde do Município do Careiro da Várzea, os profissionais de saúde.

QUADRO 2.7.1 ATIVIDADE PRINCIPAL DOS PROFISSIONAIS E QUANTITATIVOS
 DOS MESMOS NO MUNICÍPIO DE CAREIRO DA VÁRZEA

Profissionais	Quantitativos
Agentes comunitários de saúde	59
Agente rural	24
Técnicos de saúde	08
Médicos	05
Enfermeiros (as)	05
Dentistas	04
Nutricionista	03
Psicólogo	01
Fisioterapeuta	01
Assistente bucal	01
Total	111

FONTE: S.M.S.DO CAREIRO DA VÁRZEA/2013

3 MOBILIZAÇÃO SOCIAL

3.1 JUSTIFICATIVA

Um novo modelo de gestão pública tem ocupado espaço nas discussões e práticas em todo o mundo. Neste novo formato a relação entre o Estado e a sociedade é constituída por efetivos canais de comunicação, pautada numa rede de apoio onde o cidadão participa ativamente dos processos de tomada de decisão.

A gestão participativa busca alterar a realidade a partir dos ativos locais existentes no território na construção de projetos coletivos com maior participação e protagonismo social, gerando benefícios em todas as esferas da vida (sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas/institucionais).

No Brasil, a participação da sociedade na administração pública surge na década de 1980 motivada principalmente pela conquista dos movimentos sociais de oposição, na busca por espaços mais democráticos onde seus anseios fossem efetivamente contemplados.

Atualmente, o direito a participação da sociedade nos processos de formulação, planejamento, execução e fiscalização de políticas públicas estão cada vez mais frequente e consolidado em várias leis que cumprem a determinação constante do primeiro artigo da nossa Constituição Federal: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”.

As Leis Nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 e Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 estabelecem como princípio a participação popular em todo o processo de elaboração e implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB e Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS.

3.2 A MOBILIZAÇÃO E O SANEAMENTO

A mobilização consiste em um processo permanente de animação e promoção do envolvimento de pessoas através do fornecimento de informações e constituição de espaços de participação e diálogo relacionados ao que se pretende promover, neste caso, a elaboração e implementação dos PMSB e PMGIRS.

Utiliza-se outros espaços formais e informais já constituídos para disseminar as informações e garantir a participação plural e representativa dos segmentos sociais interessados em partilhar um projeto de futuro coletivo.

A mobilização está baseada num constante fluxo de comunicação entre os grupos sociais e numa rede de apoio e colaboração que estimula a adoção de parcerias e fortalece os laços de confiança.

O que se pretende com a mobilização é atender aos princípios estabelecidos nas Leis Nº 11.445/07 e Nº 12.305/10 que em seus Artigos 9º e 6º respectivamente atribuem aos municípios o estabelecimento de ferramentas de controle social definido nos Artigos 3º (inciso IV e VI) como “um conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico e gestão integrada de resíduos sólidos,”

A mobilização social é utilizada como estratégia de apoio e estímulo a participação da sociedade nos processos de gestão pública e controle do território resultando no empoderamento e comprometimento dos atores envolvidos. A proximidade entre os setores tem por objetivo tornar os serviços de saneamento e gestão integrada de resíduos sólidos mais adequados e eficientes. Toda essa estrutura esteve voltada para garantir que as metodologias, os mecanismos e os procedimentos adotados gerassem os PMSB e PMGIRS coerentes e adequados com a realidade local e capaz de promover a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

A participação da sociedade nesse processo foi de extrema importância, já que os PMSB e PMGIRS foram elaborados com horizonte de 20 (vinte) anos, com previsão de avaliação anual e revisão a cada dois anos. O documento fundamentou os objetivos do município atendendo as necessidades das atuais e futuras gerações no que diz respeito aos serviços de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Um conjunto de atividades e estratégias que estimulassem a participação social foi adotado tais como: a promoção de encontros/eventos (reuniões, visitas, seminários, oficinas, congressos, campanhas educativas, etc.). Os meios de comunicação foram utilizados, especialmente TV e jornal, já nas áreas rurais, o uso do rádio foi mais frequente.

A elaboração e distribuição de materiais informativo-didáticos (cartazes e panfletos), mediados preferencialmente por ferramentas participativas integraram o planejamento.

A área de abrangência dos PMSB e PMGIRS contemplou toda a extensão territorial do Município, atendendo as zonas urbanas e rurais e áreas especialmente protegidas, além de considerar os objetivos e diretrizes estabelecidos em outros Planos.

Além das ações de constituição de um órgão colegiado que represente todos os segmentos da sociedade, é assegurada ampla divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e gestão integrada de resíduos sólidos e dos estudos que as fundamentam, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas e conferência municipal legitimando ainda mais o processo.

3.3 FASES DE MOBILIZAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

A participação da sociedade em todo o processo de elaboração e implementação dos PMSB e PMGIRS é um direito garantido por lei e diversas experiências têm nos mostrado uma maior efetividade das ações quando há o envolvimento popular.

No âmbito do PLAMSAN a Equipe Técnica Municipal foi a principal instância executiva, sendo de sua competência a operacionalização das atividades que integraram o processo de elaboração dos PMSB e PMGIRS, principalmente em relação à articulação dos atores locais e de multiplicação dos conhecimentos necessários à elaboração e implementação dos mesmos com os membros de outras instâncias do poder público e representantes da sociedade civil existentes no município.

A Equipe Técnica Municipal foi composta por técnicos designados como representantes dos serviços públicos municipais ligados, direta ou indiretamente, ao saneamento básico e gestão integrada de resíduos sólidos tendo como principal responsabilidade na elaboração dos planos a facilitação para obtenção da documentação adequada visando a elaboração dos diagnósticos social, técnico-operacional e institucional, bem como a realização das oficinas de participação dos atores locais que auxiliaram na formulação da política municipal dos serviços de saneamento e gestão integrada de resíduos sólidos.

As atividades de mobilização social iniciaram logo após a definição e formação da equipe técnica municipal, garantindo a participação da sociedade e promovendo o controle social em todas as fases e etapas.

De modo geral três foram os modos básicos de participação utilizados a fim de evitar frustrações desnecessárias pela falta do controle durante o processo, conforme indicadas a seguir:

- Direta por meio de apresentações, debates, pesquisas e qualquer meio que seja utilizado para expressar as opiniões individuais ou coletivas;
- Em fases determinadas por meio de sugestões ou alegações, apresentadas de forma escrita;
- Por intermédio de grupo de trabalho.

O detalhamento apresentado a seguir apresenta as etapas de mobilização desenvolvidas de formas integradas e/ou paralelas.

Divulgação: Esteve presente em todas as fases e etapas de elaboração dos PMSB e PMGIRS, objetivou dar publicidade às atividades realizadas no município e formas de condução dos trabalhos, aos aspectos relacionados à legislação fundamentadora e componentes do saneamento básico e gestão integrada de resíduos sólidos. A utilização de anúncios na tv e no rádio, realização de concurso nas escolas da rede pública de ensino para elaboração do símbolo do saneamento no município, bem como a visita às instituições/organizações de representação da sociedade local auxiliaram na disseminação das informações.

Planejamento: Consistiu na apresentação dos estudos técnicos sobre a realidade atual do município, no âmbito do saneamento básico e gestão integrada de resíduos sólidos, de forma sistematizada para a consolidação do diagnóstico. Os dados foram complementados pela pesquisa realizada no município e formulários aplicados junto aos moradores, os resultados foram posteriormente inseridos ao documento final.

Elaboração: Após a análise e avaliação de toda a informação obtida com o diagnóstico nos diferentes aspectos do saneamento básico e gestão integrada de resíduos sólidos no município, a socialização das estratégias formuladas para alcançar o objetivo da melhoria da qualidade de vida da sociedade local e dos serviços prestados oportunizou nivelar e esclarecer sobre as prioridades levantadas/identificadas com o diagnóstico e os desafios a serem enfrentados futuramente. O detalhamento dos

PMSB e PMGIRS apresentou as soluções viáveis, prazos estabelecidos, responsabilidades atribuídas e meios de execução. Contou com a participação de outros profissionais e especialistas com o suporte de materiais, a exemplo de estudos e outras publicações partilhadas pelo grupo.

Aprovação: A apresentação do documento consolidado, contendo seus estudos e propostas técnicas destinada aos serviços de saneamento básico e gestão integrada de resíduos sólidos foi feita durante a realização da 1ª Conferência Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Careiro da Várzea. A divulgação do evento ocorreu de forma ampla e prévia, contou com a participação de representantes das instituições/organização presentes no município e população em geral. Posteriormente o projeto de lei foi encaminhado à Câmara de Vereadores para análise e discussão final.

3.4 PLANO DE MOBILIZAÇÃO LOCAL

O Plano de Mobilização do Município de Careiro da Várzea, bem como os documentos originados durante as Audiências Públicas e Conferência Municipal de Saneamento Básico podem ser visualizadas no Anexo 1.

4 DIAGNÓSTICO

4.1 ASPECTOS GERAIS

4.1.1 Aspectos Sócios Econômicos

4.1.1.1 Desenvolvimento Regional

A mesorregião Centro Amazonense é uma das quatro mesorregiões do estado do Amazonas. É formada por 30 municípios agrupados em seis microrregiões, sendo Manaus o principal deles e está dividida em sete municípios: Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru, Manaquiri e a capital Manaus.

Careiro da Várzea também pertence a Região Metropolitana de Manaus, que, De acordo com estimativas de 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população era de 2 175 860 habitantes, fazendo desta a maior área metropolitana do Norte do Brasil e a 11ª de todo o país.

A área da Região metropolitana de Manaus - 101.474 km² é a maior área metropolitana brasileira. É superior à área de alguns estados brasileiros como Pernambuco e Santa Catarina e tem aproximadamente as mesmas dimensões de algumas nações como, Islândia (103.000 km²) e Coreia do Sul (99.538 km²), e superiores à de países como Hungria (93.032 km²) e Portugal (92.391 km²).

O quadro abaixo demonstra dois indicadores da área da região Metropolitana:

Município	Área (km ²)	População (2010)	PIB (2008)	IDH-M (2000)
Manaus	11401,058	1.802.525	38.116.495	0,778
Careiro da Várzea	2631,128	23.963	101.247	0,658
Iranduba	2215,033	40.735	168.052	0,694
Itacoatiara	8891,993	86.840	822.215	0,711
Manacapuru	7329,234	85.144	372.366	0,663
Novo Airão	37771,246	14.780	41.706	0,656
Presidente Figueiredo	25422,235	27.121	279.053	0,741
Rio Preto da Eva	5813,197	25.758	123.765	0,677
Total	101475,124	2.106.866	40.024.898,050	-

QUADRO 4.1.1.1 1 - ILUSTRAÇÃO DA ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS.

No aniversário de 342 anos (24 de outubro 2011) da capital do Amazonas, foi inaugurada a ponte sobre o Rio Negro (Amazonas), com 3.595 m a um custo de R\$ 1.099.000,00 (um bilhão noventa e nove milhões de reais), pela atual presidente do País, que garantiu uma promessa feita antes à cidade: a extensão da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos e a extensão dos benefícios para toda a região metropolitana, garantindo a extensão de incentivos além do Pólo Industrial de Manaus, possibilitando um maior desenvolvimento e o início de uma conurbação entre quatro municípios vizinhos, com a criação de empregos e a preservação do meio ambiente. (O GLOBO, 2011).

Para o governo do Amazonas a ponte vai além da arquitetura monumental, levando o desenvolvimento para as regiões do rio Purus e Solimões, além dos municípios adjacentes. Um exemplo é a produção oleira em Iranduba e o incremento do turismo em Novo Airão e outros municípios da RMM.

Pretende-se duplicar a estrada Iranduba-Manacapuru (AM-070), permitindo aos produtores rurais que se liguem via da malha viária à capital sem a necessidade de “atravessadores” comerciais.

A Ponte Rio Negro (assim batizada), a maior ponte estaiada de 400 metros (seção suspensa por cabos) do Brasil para o rio, é a segunda maior ponte fluvial no mundo, superada apenas pela ponte sobre o rio Orinoco, na Venezuela

A malha viária inclui, além da ponte, 1,9 km de acesso viário no lado de Manaus e 5,5 km de pista em Iranduba, a implantação de sistema de pilares contra choque de embarcações e sistema de sinalização náutica, além da iluminação cênica da parte estaiada da ponte.

4.1.1.2 Desenvolvimento Local

As atividades econômicas realizadas no município são baseadas na produção agropecuária, no cultivo de tomate, repolho, cebolinha, couve, coentro, feijão de metro e alface. Entre as culturas permanentes destaca-se a melancia, banana, laranja e limão. A pecuária é representada principalmente por bovinos e suínos, com produção de carne e de leite destinada ao consumo local. A pesca é praticada de forma artesanal.

4.1.1.3 Educação

O Município de Careiro da Várzea possui 47 escolas municipais, 6 escolas estaduais, 01 particular e 169 educadores todos com nível superior. De acordo com o Índice de desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, realizado pelo Ministério da Educação, em 2009, o município recebeu notas 3.0 e 3.7, respectivamente, na Educação fundamental nos anos iniciais e nos anos finais. **Há no município 08 alunos especiais e um conselho de educação pais e mestre.**

Os encargos do Município na oferta de educação escolar com a divisão de responsabilidades da educação entre os entes federados, por meio da Constituição Federal atribui a competência aos Municípios e define sua função na oferta da educação infantil, em creches e pré-escolas. Para isso, os Municípios devem contar com apoio do Estado e da União no exercício de suas funções supletiva e redistributiva. No quadro 4.1.1.3.1 informações quanto a educação quantidade de alunos matriculados e números de escolas.

Grau de Ensino	Quantidade de escolas	Alunos matriculados
1°	47 municipal	3.930
2°	06 estadual	2.580
3°	01 particular	-
Total	54	6.510

QUADRO 4.1.1.3.1 - MATRICULA EM CAREIRO DA VÁRZEA.

No quadro abaixo se percebe que em 2000, houve um declínio em quase todos os indicadores abaixo listados.

Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais), 1991 e 2000		
	1991	2000
Taxa de analfabetismo	43,9	27,6
% com menos de 4 anos de estudo	78,2	61,2
% com menos de 8 anos de estudo	96,3	91,1
Média de anos de estudo	2,0	3,0

QUADRO 4.1.1.3.2 - EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO. (SEPLAN)

4.1.1.4 Habitação

No Careiro da várzea há mais ou menos 195 de casas flutuantes e uma das características destas casas na região é justamente a falta de higiene: a água não é tratada e o esgoto é despejado in natura na água, assim como o lixo descartado pelos moradores. Podem ser aumentadas quando necessário sem grandes problemas. Não sofrem com as enchentes. E com as tecnologias atuais podem ser mais eficientes, mais econômicas e sustentáveis. E a moradia não é predatória e podem não ser poluente com medidas de tratamento do lixo e esgoto.

O déficit habitacional relativo do Amazonas é considerado o maior do País, 25,4%. De acordo com estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2009, o Estado possuía 155.475 residências improvisadas ou em favelas e 95.929 domicílios onde existem famílias que convivem umas com as outras no mesmo endereço têm a intenção de mudar-se.

A soma das famílias com intenção de mudar-se para adquirir uma residência própria e as casas inadequadas à moradia, como as localizadas em favelas e cortiços, é o que compõem o índice utilizado pela FGV para gerar o déficit habitacional. No Estado, são 251.404 residências impróprias.

Segundo informações fornecidas pelo município, o número de imóveis residenciais, comerciais, industriais e públicos na área urbana e rural pode ser visualizado na Ilustração 4.1.1.4.1.

CADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO												
Fonte	Urbano				Rural				Total			
	Resid.	Com.	Ind.	Pub.	Resid.	Com.	Ind.	Pub.	Resid.	Com.	Ind.	Pub.
Prefeitura Municipal ▶	268	152		27	6.252	289		70	6.520	441	-	97
IBGE ▶									-	-	-	-
CIA. Energia Elétrica ▶	394	152							394	152	-	-

ILUSTRAÇÃO 4.1.1.4 1 – CADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO (FONTE: MUNICÍPIO)

Neste município não existe processo de regularização fundiária. Em 2008, não existirem loteamentos irregulares, mas existirem favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados.

Em 2010, não havia moradores urbanos vivendo em aglomerados subnormais (favelas e similares). Cerca de 87,9% dos moradores urbanos contavam com o serviço

de coleta de resíduos e 88,0% tinham energia elétrica distribuída pela companhia responsável (uso exclusivo).

Para ser considerado proprietário, o residente deve possuir documentação de acordo com as normas legais que garantem esse direito, seja ela de propriedade ou de aluguel. A proporção de moradores, em 2010, com acesso ao direito de propriedade (própria ou alugada) atinge 94,6%.

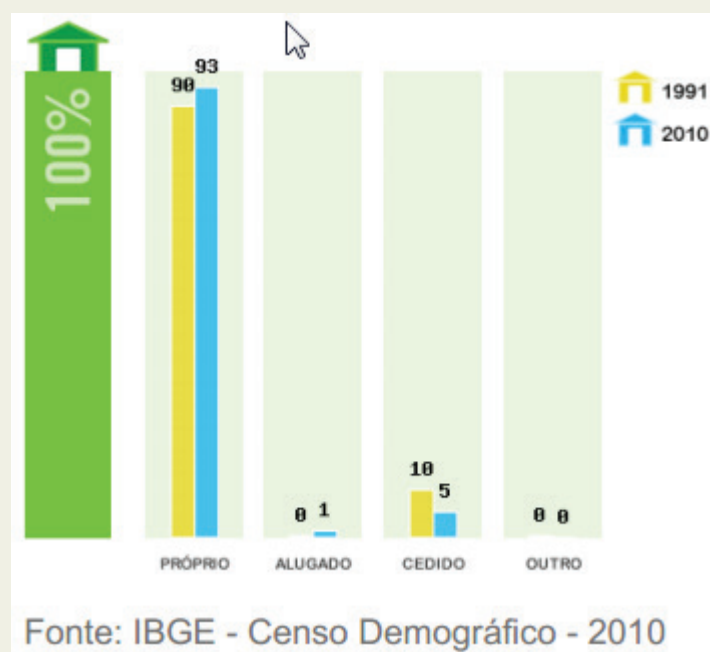


ILUSTRAÇÃO 4.1.1.4 2 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS SEGUNDO A CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO - 1991/2010 (FONTE: PORTAL ODM)

4.1.1.5 Infraestrutura

Atualmente a Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA) detém responsabilidade pelo tratamento e distribuição de **água para** a sede do município. O abastecimento é feito através da captação de águas do Paraná do Careiro e do Rio Solimões. Existe um projeto da empresa no valor estimado em R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) para expansão da rede até o ano de 2025 (COSAMA, 2011).

Quanto à distribuição de energia, o fornecimento está a cargo da empresa Amazonas Energia - ELETROBRÁS, que possui potência instalada de 2.068 KW e demanda máxima de 1.302 kWh//. A mesma atende a sede com 394 ligações e 14 comunidades rurais no total de 4.409 residências. O município conta com telefonia móvel e fixa, agência bancária, dos correios, emissora de tv, emissora de radio e tv a cabo.

4.1.1.6 Vulnerabilidade

Vulnerabilidade diz respeito à falta de ativos materiais e imateriais a que determinado indivíduo ou grupo está exposto a sofrer futuramente alterações bruscas e significativas em seus níveis de vida.

O conceito de vulnerabilidade ao tratar da insegurança, incerteza e exposição a riscos provocados por eventos socioeconômicos ou ao não acesso a insumos estratégicos, apresenta uma visão integral sobre as condições de vida dos pobres, ao mesmo tempo em que considera a disponibilidade de recursos e estratégias para que estes indivíduos enfrentem as dificuldades que lhes afetam. Atualmente no município o índice de mortalidade infantil por 1000/ 17% e taxa de natalidade por mulher 3%.

O Índice de Vulnerabilidade Social – IVS é um indicador que permite ao gestor público e à sociedade uma visão mais detalhada das condições de vida do seu município, com a identificação e a localização espacial das áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza.

O IVS baseia-se em dois pressupostos. O primeiro é a compreensão de que as múltiplas dimensões da pobreza precisam ser consideradas em um estudo sobre vulnerabilidade social. O segundo pressuposto é a consideração de que o isolamento espacial pode ser um fenômeno presente nos municípios do Amazonas e que contribui decisivamente para a permanência dos padrões de desigualdade social que os caracteriza. Isso leva à utilização de um método de identificação de áreas segundo os graus de vulnerabilidade da população residente, gerando um instrumento de definição de áreas prioritárias para o direcionamento de políticas públicas.

Em 2000, o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) da Unidade de Vulnerabilidade Social Rural (UVS-Rural) era 0,493 e da Unidade de Vulnerabilidade Social Urbana (UVS-Urbana) era de 0,224. Comparando as duas UVS, o índice da UVS-Rural é 120,33% maior que o índice da UVS-Urbana.

Tabela 4.1.1.6.1 – Indicadores de Vulnerabilidade (Fonte: SEPLAN/IVS)

Indicadores de Vulnerabilidade	Municipal	Urbano	Rural
Índice de Vulnerabilidade Social	0,477	0,224	0,493
Ciclo de Vida Familiar	0,542	0,261	0,557
Educação	0,41	0,241	0,419
Renda	0,545	0,171	0,574

Os indicadores de vulnerabilidade do município podem ser observados na tabela 4.1.1.6.2.

Tabela 4.1.1.6.2 – Indicadores de Vulnerabilidade (Fonte: SEPLAN/IVS)

Indicadores de Renda Municipal	
Rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio	232,03
% de responsáveis com rendimento de até 1 salário mínimo ou sem rendimento	59,78

Indicadores Demográficos Municipal	
Razão de dependência	0,75
Número médio de pessoas por domicílio	5

Indicadores de Saneamento Municipal	
% de domicílios sem abastecimento de água	89,23
% de domicílios sem coleta de lixo	89,77
% de domicílios sem esgotamento sanitário	97,64

Indicadores de Nível Educacional Municipal

% de responsáveis pelo domicílio não-alfabetizados	31,52
% de pessoas residentes não-alfabetizados	16,55
% de responsáveis pelo domicílio com ou menos de oito anos de estudo	95,39
Anos médios de estudo do responsável	3

O gráfico de radar 4.1.1.6.1 representa a vulnerabilidade do social do município segundo o IVS. Quanto maior a área da figura triangular dentro do gráfico maior a vulnerabilidade social.

Cada vértice do triângulo indica as dimensões do índice, logo é possível verificar qual das dimensões esta contribuindo para o aumento da vulnerabilidade social. No caso de Careiro da Várzea, o indicador de renda, seguido do ciclo de vida familiar são os maiores contribuintes para o índice de vulnerabilidade social do município.

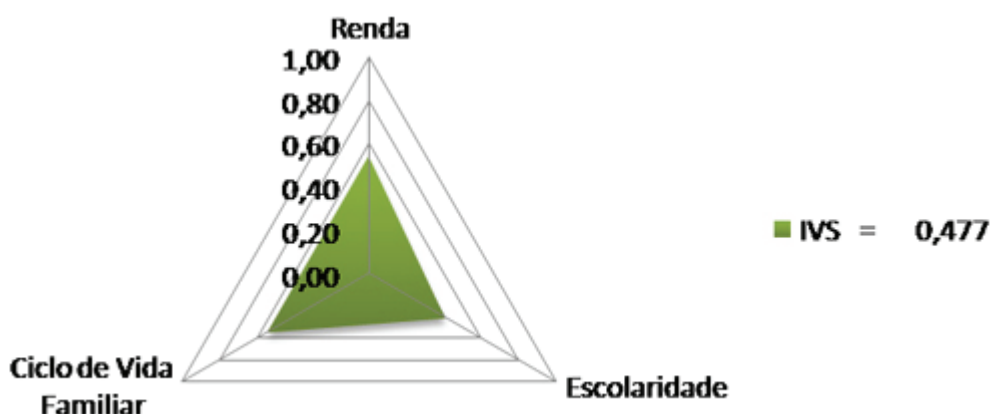


GRÁFICO 4.1.1.6.1 GRÁFICO DA CONTRIBUIÇÃO PARA A VULNERABILIDADE.

Em comparação, Careiro da Várzea apresenta IVS superior ao da região centro amazonense e da sub-região do Alto Rio Negro. E em relação a capital, o índice é visivelmente maior.

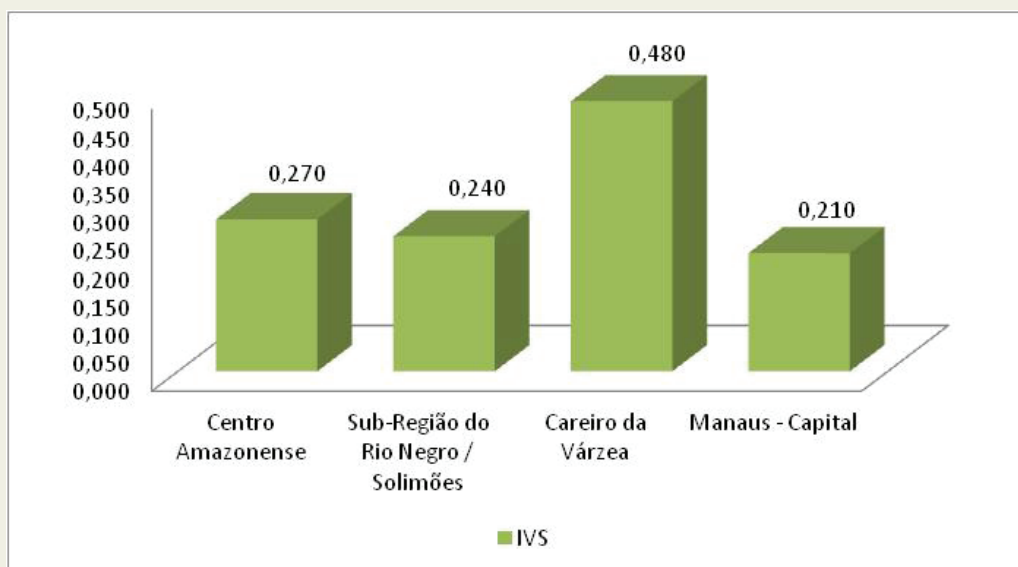


GRÁFICO 4.1.1.6 2 – IVS 2000: COMPARAÇÃO ENTRE MESORREGIÃO, SUB-REGIÃO E CAPITAL

4.1.1.7 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é medido pela ONU e revela a qualidade de vida do município, com base na renda, educação e expectativa de vida, classificando-o como de médio desenvolvimento: IDH Educação 0,825 IDH Renda 0,568 IDH Municipal 0,711.

Segundo o PNUD, o IDH referente aos municípios passará por modificações, e deverá ser medido pela ótica de valores dos brasileiros, ou seja, o que pensa e como que agir o cidadão brasileiro.

De acordo com os dados divulgados em novembro de 2010 pela ONU, O Brasil apresenta IDH de 0,699 valores considerado alto, atualmente ocupa 73º no ranking mundial. A cada ano o país tem conseguido elevar o seu IDH, fatores como o aumento expectativa de vida da população e taxa de alfabetização estão diretamente associados a esse progresso.

No entanto, existe grande disparidade social e econômica no Brasil. As diferenças socioeconômicas entre os estados brasileiros são tão grande que o país apresenta realidades distintas em seu território, e se torna irônico classificar o país com alto índice de desenvolvimento humano.

O município atualmente atende as atividades sociais desenvolvidas pela Secretária de Assistência Social (CRAS), conforme o quadro 4.1.1.7.1.

Item	Ações Assistenciais	N. de beneficiários
Bolsa família	Cadastro total	3.583 Famílias
Bolsa família	Cadastro regular	2.720 Famílias
Cras	Pro jovem adolescente	200 - Participantes
Cras	Grupo de mulheres	30 - Donas de casa
Pet (05) núcleos	1 na zona urbana e 04 Z. Rural	89 - Participantes
Conselho	Criança e do adolescente, Assistência social e tutelar	03 - Ativos
Grupo de idosos	Funciona na sede	50 - Participantes

QUADRO 4.1.1.7 1 - FONTE DE INFORMAÇÃO – SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/ CRAS

No município de Careiro da Várzea, como ilustrado no quadro anterior, existe o programa de ajuda às famílias denominadas “Bolsa Família”, que segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS contempla 2.720 famílias. O mesmo cria um vínculo obrigatório para o acesso à educação.

4.1.2 Situação do Saneamento Básico

Os serviços de saneamento do município de Careiro da Várzea de forma geral são precários, contando apenas com distribuição de água, coleta, transporte e destinação inadequada dos resíduos sólidos.

O Sistema de Abastecimento de Água de Careiro da Várzea utiliza os mananciais superfície e subterrâneos para o suprimento das demandas geradas na área urbana. O manancial subterrâneo é explorado por 40 poços tubulares, que abastecem as comunidades rurais, sendo três poços na sede do município.

Em relação ao esgotamento sanitário, Careiro da Várzea é um dos vários municípios do Amazonas que não tem sistema de esgotamento sanitário. O tratamento domiciliar adotado são fossas sépticas e na grande maioria fossas rudimentares ou negras. O esgotamento sanitário é o serviço de saneamento básico com menos cobertura nos municípios brasileiros, embora tenha crescido 10,6% nos últimos anos. Entre 1989 – 2000 dos 4.425 municípios existentes no Brasil, 47,3% tinham algum tipo de serviço de esgotamento sanitário, em 2000, dos 5.507 municípios, 52,2% tinham esgotamento sanitário, o que representa um crescimento de 10% neste período.

Esta situação se torna mais agravante na área rural do município, onde quase 100% das residências não possuem fossa séptica.

A ausência de fossas sépticas abriga as comunidades a conviverem com seus próprios dejetos, principalmente quando estes são lançados ao ar livre, em fossas geralmente mal construídas, valas negras ou diretamente nos rios e igarapés. O contato com o esgoto agrava o risco de inúmeras doenças como, poliomielite, hepatite A, giardíase, disenteria, ameba e diárias por vírus entre outras. As doenças relacionadas á ausência de tratamento de esgoto afetam as pessoas de todas as idades, mas as crianças são as mais prejudicadas com o problema.

Referente à drenagem de águas pluviais, embora seja um item básico e fundamental do planejamento urbano, tem sido relegada a um plano secundário e tratada, regra geral, de forma superficial, com deficiências no planejamento e execução das obras. Ruas e avenidas foram abertas sem projetos de drenagem.

A utilização irregular da rede de drenagem pluvial vem trazendo sérios problemas para a população, especialmente durante o período de chuva. Segundo a Prefeitura Municipal, na sede de Careiro da Várzea, a macro drenagem é ineficiente, não atendendo satisfatoriamente a malha urbana.

As avenidas e ruas da área urbana totalizam cerca de 5.435m, sendo 3.635m pavimentadas e algo em torno de 1.800m sem qualquer tipo de pavimentação. Nos bairros periféricos como as vias são de pavimentação primária, não possuem sistema de drenagem pluvial.

Na Ilustração 4.1.2.2, a seguir pode-se visualizar o estado dos serviços de drenagem de águas pluviais, como as bocas de lobo, as quais desembocam, quase sempre, as margens de igarapés, lagos e rios.



ILUSTRAÇÃO 4.1.2.1 – BOCA DE LOBO SEM A DEVIDA TAMPA NO PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DO CAREIRO DA VÁRZEA



ILUSTRAÇÃO 4.1.2.2 – REDE DE DRENAGEM NA MARGEM DO RIO

Quanto ao gerenciamento dos resíduos sólidos domiciliares gerados na cidade, ou seja, o recolhimento de resíduos de origem domiciliar ou comercial com características domiciliares que são previamente acondicionados e oferecidos à coleta pública pelo usuário e resíduos de origem pública, ou seja, provenientes da limpeza de logradouros, são coletados na sede do município e nas comunidades rurais, onde é feito o transbordo e conduzido para o aterro controlado de Manaus, conforme pode ser visualizado na Ilustração 4.1.2.1 a seguir.



ILUSTRAÇÃO 4.1.2.3 ATERRO CONTROLADO DE MANAUS

A frequência de coleta é de uma ou duas vezes semanais com uma considerável taxa de população atendida, coleta esta diária e alternada nos bairros e comunidades rurais.

4.1.3 Situação Geral dos Municípios da Região

De forma geral nos municípios do interior do Estado do Amazonas a situação do saneamento básico, conforme definido pela Lei Nº 11.445/07, se apresenta de forma bem semelhante, ou seja, precária.

É possível encontrar sistemas de abastecimento de água, em boa parte, funcionando com unidades em mau estado de conservação, e o controle da qualidade água não atendendo a legislação vigente, ou seja, a Portaria Nº 518, até dia 11/12/2011, e a atual Portaria Nº 2.914, do Ministério da Saúde, a partir do dia 12/12/2011.

Em relação ao esgotamento sanitário a situação é mais precária, pois os municípios, em sua grande maioria, não contam com redes coletoras de esgotos, nem tão pouco sistemas de tratamento.

Boa parte dos esgotos sanitários ou são lançados diretamente nas sarjetas, que se direcionam aos igarapés, córregos e rios, ou em fossas rudimentares, que trazem como consequência a poluição e contaminação dos mananciais.

Os serviços de limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos na maioria dos casos

contam com coleta e transporte, entretanto a disposição final ocorre em lixões a céu aberto. Todavia esse não é o caso do Careiro da Várzea, visto que não existe lixão o transbordo é feito e transportado para a capital Manaus.

No que concerne à drenagem urbana e manejo de águas pluviais a situação predominante é de ruas e avenidas, que não dispõem de sistemas de drenagem adequados, quando pavimentadas, e tendo como agravante a ocupação das margens dos mananciais, principalmente dos igarapés.

4.1.4 Legislação em Vigor

Legislação em vigor do município abriga a Lei Orgânica, contudo o município não dispõe de Plano Diretor, Código de Obras, Lei de Uso e Ocupação do Solo e Lei de Definição do Perímetro Urbano.

Ademais o município não dispõe de um cadastro imobiliário minimamente organizado e atualizado, bem como não dispõe de sistema de geoprocessamento.

4.1.5 Estrutura Operacional, Fiscalizatória e Gerencial.

O serviço de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos são administrados e operados pela Prefeitura Municipal que terceiriza as operações de transporte dos resíduos.

As instalações de apoio como a garagem central e escritórios, são inexistentes no município. A frota de apoio é composta por 2 caminhões sendo 1 tipo caçamba, em bom estado de uso, e 1 caminhão tipo carroceria em ótimo estado de conservação, e reto escavadeira, balsa e rabetas (pequenas canoas com motor acoplados), todos alugados.

O corpo de trabalhadores dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos são compostos por auxiliares, varredores, coletores, motoristas fluviais e encarregados, além de um corpo técnico de apoio de nível médio.

QUADRO 4.1.5.1 – NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS POR ATIVIDADE

Auxiliar	Varredores	Coletores	Operador de maquina	Motorista	Encarregado
02	08	09	02	05	01

De forma geral a estrutura operacional, fiscalizatória e gerencial é precária e se faz necessário investimento para gestão, principalmente quanto à organização de dados e informações.

4.1.6 Iniciativas e Capacidade de Educação Ambiental

O município tem realizado algumas iniciativas no sentido de desenvolvimento da educação ambiental, entretanto não atende amplamente as necessidades quanto à universalização.

O município conta com o Programa Agente Comunitário da Saúde (PACS) distribuído em números de equipes e agentes conforme o quadro 4.1.6.1 a seguir.

QUADRO 4.1.6.1 - EQUIPES E AGENTES DOS PSF E PACS.

Careiro da Várzea /AM	Programa Saúde da Família		Programa Agente Comunitário da Saúde	
	Equipes	Agentes	Equipes	Agentes
	-	22	-	53

FONTE: DATASUS/CNES/MS.

A capacidade do município no sentido de desenvolvimento da educação ambiental é questionável, em função do que se tem observado nas reuniões de mobilização social, onde tem demonstrado insuficientemente organizado para atingir os objetivos que se propõe, nota-se que há necessidade de investimentos maciços em gestão visando a plena capacitação das equipes existentes e, inclusive, a sua ampliação.

4.2 SITUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

4.2.1 Dados Gerais e Caracterização

Conforme já mencionado a maior dificuldade para desenvolvimento do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS consistiu na obtenção de informações e dados confiáveis para o embasamento de um diagnóstico confiável.

A precariedade dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos se justifica, principalmente, em relação à gestão, que é frágil, principalmente pela inexistência de um setor organizado de informações municipais do setor de saneamento básico.

Assim sendo, visando à obtenção de um quadro referencial básico em função da inexistência de dados e informações apresenta-se no Quadro 4.2.1.1, a seguir, a caracterização dos resíduos urbanos em algumas cidades do interior do estado do Amazonas, de acordo com os dados do IPEA, que embasou o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

QUADRO 4.2.1.1 - CARACTERIZAÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS - AMAZONAS

RESÍDUO	COARI	ITACOATIARA	MANACAPURU	MANICORÉ	PARINTINS
METAL total	1,5	2,1	1,9	4	3,4
ALUMINIO	ND	ND	ND	ND	ND
AÇO	ND	ND	ND	ND	ND
PAPEL					
PAPELÃO	11,9	11,7	8,4	17	6
TETRAPAK					
PLASTICO TT	13,5	8,8	10,1	20	8,7
PLASTICO FILME	10,1	6,7	7,4		6,7
PLASTICO RIGIDO	3,4	2,1	2,7		2
VIDRO	2,4	0,6	0,9	2	1,3
ORGANICO	66,7	52,5	53,7	52	20,1
OUTROS	3,9	24,4	25	5	60,4
1) FONTE: PLANO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – IPEA – 2) UNIDADE: % DE VOLUME					

No quadro em questão pode-se observar, com exceção do município de Parintins, que a participação do resíduo orgânico corresponde a um máximo de 66,7%, no município de Coari, a um mínimo de 52% em Manicoré o que conduz a uma média aritmética de 52,2%, que correspondem aos percentuais médios dos municípios de Itacoatiara, Manacapuru e Manicoré. Segundo o mesmo estudo para a Capital, Manaus, a porcentagem em volume dos resíduos orgânicos totalizou cerca de 59%.

4.2.2 Geração

4.2.2.1 Considerações Gerais

É relevante afirmar que as informações sobre geração local dos resíduos são importantes na etapa de planejamento, como verdadeiros alicerces que podem determinar a adoção das principais ações, que devem ser adotadas considerando o horizonte de 20 (vinte) anos, como meta a ser atingida no plano de saneamento básico, conforme estipula a Lei Nº 11.445/07.

Considerando-se a ausência de balanças em todos os municípios, do interior do Estado do Amazonas, e a precariedade das poucas informações existentes houve-se por bem, no contexto da elaboração deste Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS, apresentar alguns dados coletados junto a alguns estudos elaborados recentemente e balizados no mais recente levantamento do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS.

Apenas 4 (quatro) municípios do Estado do Amazonas prestaram informações ao SNIS, ou seja, 58 (cinquenta e oito) municípios do Estado não receberam o Certificado de Regularidade.

De acordo com a legislação vigente é de responsabilidade dos municípios a gestão dos resíduos sólidos domiciliares (RSD) gerados nos respectivos territórios, dado o fato de sua geração ser extremamente pulverizada. Isso não diminui a importância da população no processo de separação do lixo, em seco e úmido, especialmente naquelas cidades que possuem programas de coleta seletiva, através da correta triagem/separação no momento da geração. Por outro lado, mais importante do que a triagem junto aos domicílios, é a redução da geração de resíduos, resultado de um processo de conscientização do consumo responsável (Lei nº 12.305/2010, art. 9º).

O Brasil possui inúmeras realidades no que diz respeito ao manejo e disposição de RSD, seja em termos de disponibilidade e características de locais de disposição, seja em termos de iniciativas de reaproveitamento.

As estatísticas oficiais indicam para uma sensível evolução no quadro geral de resíduos sólidos, apesar de ainda existir uma série de deficiências e, mais do que isso, disparidades regionais significativas, principalmente a Região Norte do País, mais precisamente o Amazonas por apresentar disparidades enormes entre a região metropolitana e o interior.

Para garantir um processo de melhoria contínua dos serviços de coleta e disposição final de RSD em todas as regiões do Amazonas, com mínimo impacto ambiental e social, a AAM e a Secretária de Estado de Desenvolvimento Sustentável firmaram um convênio para a Elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Neste item são apresentados dados de resíduos sólidos obtidos e estudados por instituições nacionais como IBGE, IPEA, DATASUS, SNIS, CETESB, ABRELPE, de modo a mostrar a diferença entre eles. Segue como uma apresentação breve das informações divulgadas pelo IPAAM quanto à geração de resíduos sólidos na capital e interior.

Além do que foi exposto faz parte deste trabalho à visão dos engenheiros do PLAMSAN para os seus núcleos de trabalho. A última etapa deste item busca-se apresentar uma opção de indicador de planejamento para a geração de resíduos sólidos nos municípios conveniados ao programa e de uma forma geral, ao estado do Amazonas.

4.2.2.2 Geração e Coleta Tradicional de Resíduos Sólidos Urbanos

- Instituições Nacionais

A coleta e o transporte dos resíduos sólidos tem sido o principal foco da gestão de resíduos sólidos, especialmente em áreas urbanas, a Ilustração 0.1, a seguir, apresenta esta evolução desde 2001. A taxa de cobertura vem crescendo continuamente, já alcançando em 2009 quase 98% do total de domicílios e se aproximando da totalidade dos domicílios urbanos.

Porém, as maiores discrepâncias ocorrem quando são comparados os domicílios urbanos com os domicílios rurais. Na região urbana, a coleta supera o índice de 97% na região norte, onde se enquadra o estado do Amazonas, tendo atingido as metas propostas pelo Panorama do Saneamento Básico no Brasil (Heller, 2011), para esta região geográfica.

Devido à dispersão dos domicílios rurais, não se defende aqui que se reproduza nesses locais o modelo de coleta urbana, principalmente pelas características geográficas da região, entretanto, avanços são necessários.

Tradicionalmente, os resíduos sólidos produzidos nas propriedades rurais eram “tratados” e dispostos no próprio domicílio. A fração orgânica era utilizada para alimentar animais ou disposta diretamente no solo, onde se degradava naturalmente.

Ao mesmo tempo, a parte não orgânica, gerada em pequenas quantidades, era reaproveitada e transformada em utensílios domésticos. Porém, o acesso aos bens industrializados vem aumentando e, conseqüentemente, também vem crescendo a presença de resíduos não orgânicos nos resíduos rurais.

Nesse sentido, a participação de produtos que geram resíduos perigosos – como baterias, lâmpadas fluorescentes, embalagens de produtos químicos e outros, que se caracterizam como resíduos sólidos do grupo da logística reversa – também vêm se ampliando.

Por esse motivo, é importante que os governos locais desenvolvam estratégias de coleta e tratamento, mesmo que com uma frequência inferior àquela adotada em áreas urbanas, para atender os domicílios localizados em áreas rurais.

TABELA 4.2.2.2.1 - COBERTURA DA COLETA DIRETA E INDIRETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (%).

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	83,2	84,8	85,6	84,6	85,7	86,5	87,3	87,9	88,6
Urbano	94,9	95,9	96,5	96,3	97,0	97,4	97,9	98,1	98,5
Rural	15,7	18,6	20,5	21,6	23,9	26,0	28,4	30,2	32,7
Norte	82,2	85,1	85,7	71,3	74,1	76,6	79,0	80,1	82,2
Urbano	85,3	88,1	88,6	88,9	91,6	93,5	95,2	95,7	97,1
Rural	N/D	N/D	N/D	17,0	19,2	20,6	23,3	24,9	29,4

NOTA: N/D – NÃO DISPONÍVEL

FONTE: IPEA / IBGE

Segundo informações do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2010, de acordo com a publicação da ABRELPRE, todas as regiões do país registraram índices de crescimento da coleta de RSU superiores aos correspondentes índices de crescimento “per capita”. No geral, enquanto o índice de coleta “per capita” cresceu 6,3% a quantidade de resíduos domiciliares coletados cresceu 7,7%.

TABELA 4.2.2.2.2 - QUANTIDADE DE RSU COLETADO NA REGIÃO NORTE E BRASIL

Região	Equação	RSU Total (t/dia)
Norte	$RSU = 0,000381 (\text{pop urb./1000}) + 0,7083$	10.623
BRASIL		173.583

FONTE: PESQUISA ABRELPE 2010 E IBGE (CENSO 2010)

TABELA 4.2.2.2.3 - ÍNDICE PER CAPITA DE COLETA DE RSU

Região	2009	2010	
	RSU Coletado (t/dia) / índice (Kg/hab/dia)	RSU Coletado (t/dia)	Índice (kg/habitante/dia)
Norte	9.672 / 0,842	10.623	0,911
BRASIL	161.084 / 1,015	171.583	1,079

FONTE: PESQUISA ABRELPE 2010, PNAD (2001 A 2009) E IBGE (CENSO 2010)

Alguns fatores, tais como o crescimento populacional, o desenvolvimento tecnológico, as mudanças de hábitos de consumo e o processo de urbanização, possuem ligação direta com o aumento na geração de resíduos sólidos, em especial, domiciliares.

É extremamente complicado estimar a geração de RSU em todos os municípios brasileiros, principalmente no Amazonas, dada a imensa diversidade entre eles e as características geográficas.

Na ausência de dados mais precisos, usou-se a sugestão utilizada pela CETESB, que sugere algumas grandes classes de geração de RSU, em função principalmente do tamanho da população dos municípios, conforme Tabela 4.2.2.2.4, a seguir.

Cabe salientar que ela destaca a possibilidade de indicadores diferentes em alguns municípios, devido a alguns fatores, como: atividade produtiva predominante, nível socioeconômico, sazonalidade da ocupação, existência de coleta seletiva e ações governamentais de incentivo à redução da geração de resíduos domiciliares. De qualquer maneira, é preferível, sempre que conhecidos, utilizar os dados informados pelos municípios ao invés de estimá-los.

TABELA 4.2.2.2.4 - ÍNDICES ESTIMADOS DE PRODUÇÃO “PER CAPITA” DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, EM FUNÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA.

População (hab)	Produção (kg/hab.dia)
Até 100.000	0,4
De 100.001 a 200.000	0,5
De 200.001 a 500.000	0,6
Maior que 500.000	0,7

FONTE: CETESB (2009).

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) (IBGE) indica uma relação mais detalhada para a geração de resíduos conforme a população, de acordo com a Tabela 4.2.2.2.5, a seguir.

TABELA 4.2.2.2.5 - MUNICÍPIOS, TOTAL E SUA RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, POPULAÇÃO E DADOS GERAIS SOBRE O LIXO, SEGUNDO OS ESTRATOS POPULACIONAIS DOS MUNICÍPIOS.

Estratos populacionais	Lixo Urbano (t/dia)	Produção per capita		
		Lixo domiciliar (kg/dia)	Lixo público (kg/dia)	Lixo urbano (kg/dia)
Até 9.999 habitantes	9.184,8	0,46	0,20	0,66
De 10.000 a 19.999 hab	11.473,1	0,42	0,16	0,58
De 20.000 a 49.999 hab	19.281,6	0,48	0,16	0,64
De 50.000 a 99.999 hab	14.708,1	0,56	0,15	0,71
De 100.000 a 199.999 hab	13.721,7	0,69	0,15	0,84
De 200.000 a 499.999 hab	21.177,3	0,78	0,14	0,91
De 500.000 a 999.999 hab	21.645,3	1,29	0,43	1,72
Mais de 1.000.000 hab	51.635,2	1,16	0,35	1,50
Total	161.827,1	0,74	0,22	0,95

FONTE: IBGE

Na Tabela 4.2.2.2.6, estudos do IPEA utiliza dados a partir de DATASUS (2011) mostrando uma evolução temporal da quantidade de resíduos coletados. Os dados indicam um aumento da quantidade, em termos absolutos e relativos, onde apresentam uma inconsistência nos dados da região norte.

TABELA 4.2.2.2.6 - ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E/OU PÚBLICOS.

Unidade de análise	Quantidade de resíduos coletados		Quantidade de resíduos por habitante	
	2000	2008	2000	2008
Norte	10.991,40	14.637,30	1,2	1,3
BRASIL			1,1	1,1

FONTE: IPEA, DATASUS (2011).

Já o Ministério das Cidades (2009, p.31) apresentou valores médios de geração de RSU que variam de 0,53 kg/hab/dia a 0,83 kg/hab/dia, resultando num valor médio de 0,73 kg/hab/dia.

Conforme a ANVISA (2006), a coleta de resíduos sólidos no país é ineficiente e irregular. Citando a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB 2000, ela destaca que o serviço de coleta no início dos anos 2000 era realizado em 80% dos municípios, sendo as regiões Sul e Sudeste com maior cobertura de atendimento de seus domicílios, com 87,7% e 86,6%, respectivamente, e a Norte não chegando a 40%.

Dados mais recentes divulgados pelo IBGE (2010) indicam avanço positivo em relação ao quadro observado no início dos anos 2000 é mais considerável ainda quando comparado às situações verificadas em estudos anteriores, realizados nas décadas de 80 e 90.

A PNSB-2008 (IBGE, 2010, p. 153) constatou que apenas dois dos 5.564 municípios não possuem coleta domiciliar regulares de lixo. Entretanto, é preciso destacar que cerca de 45,5% dos municípios com áreas de difícil acesso declararam realizar coleta parcial ou mesmo não realizar coleta nestas áreas, dados de grande relevância pois se enquadram nesta estatística a maioria dos municípios do Amazonas e Pará.

É importante destacar e atentar para a forma de coleta e divulgação de dados correlatos, já que podem indicar uma realidade distorcida na elaboração de um futuro prognóstico.

No que se refere à geração de resíduo “per capita”, devemos observar o estudo de Magalhães (2008) que afirma “cidades de até 30 mil habitantes geram cerca de 0,50 kg/hab/dia, podendo atingir valores maiores que 1,00 kg/hab/dia em megalópoles com mais de 5 milhões de habitantes”.

- Informações do IPAAM

Em relatório divulgado pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM apresenta informações da maioria dos municípios do interior do estado, que totalizam 713.754 habitantes, que representam o público alvo do estudo apresentado, ou seja, 25 municípios atingindo 55,9% dos habitantes urbanos do interior.

O IPAAM observa em seu relatório que a quantidade e a composição do lixo gerado em uma cidade do Amazonas depende diretamente de alguns fatores como padrão de consumo, nível de renda, aspectos culturais, padrão das habitações e dos demais prédios, tipos de comércios, indústrias e de atividades do setor primário, existência de parques, jardins e de arborização pública entre outros.

A determinação das quantidades de resíduos coletados no interior do Estado, no atual estágio de organização dos serviços limpeza pública, não está baseada em dados muito precisos.

As administrações não possuem balanças para caminhões e, normalmente, não fazem registros do número de viagens realizadas por dia. Assim sendo, os números fornecidos são baseados no volume de carga útil dos veículos utilizados, em estimativas do peso específico e no número aproximado de viagens realizadas por dia.

Usando os dados fornecidos e comparando-os com as informações disponibilizadas por outras instituições, podemos verificar um alto índice de geração de resíduos sólidos.

Dentro destas informações divulgadas pelo IPAAM, devemos considerar, entretanto, que a maioria das cidades do Amazonas realiza a coleta, juntamente com o lixo doméstico, restos de capina, terra e entulhos, que por sua vez são materiais de peso específico maior e que em outras regiões não estão presentes no lixo doméstico.

Dois municípios (Careiro da Várzea com 1,9 kg/hab/dia e Iranduba com 1,2 kg/hab/dia) apresentaram resultados extremamente altos para a quantidade de lixo coletado e são descartados da análise da instituição por apresentarem a situação os dados numa época atípica.

No caso do município de Careiro da Várzea, o desvio deve-se, ao fato da área central estar tomada pelas águas e, com isso, a coleta de lixo apresentar grande irregularidade.

No município de Iranduba, a situação deve-se ao fato da coleta abranger, também áreas consideradas pelo Censo Populacional como sendo áreas rurais como Cacau Pireira e Mutirões e que, desta forma, não constam do somatório da população urbana do município.

Excluindo do cálculo as populações dos distritos de Cacau Pireira e Mutirões, a geração de resíduos cai para 0,6 kg/hab/dia. Usando como base as informações prestadas pelos municípios, estimou-se a geração “per capita” de resíduos sólidos urbanos em 0,7 kg/hab/dia que, para uma população urbana total, nos 61 municípios do interior, da ordem de 713.754 habitantes, representa um total de 499,6 toneladas por dia de coleta. Na Tabela 4.2.2.2.7 são apresentados os dados dos municípios que participaram do relatório do IPAAM.

TABELA 4.2.2.2.7 - QUANTIDADE DE RSU COLETADOS.

Município	População Urbana	Quantidade Coletada t/dia	kgT/hab/dia	Destino final
Alvarães	5.134	3,0	0,6	Lixeira
Guajará	6.127	4,0	0,7	Lixeira
Atalaia do Norte	4.179	2,0	0,5	Lixeira
Barcelos	7.952	2,0	0,3	Lixeira
Benjamin Constant	14.158	8,0	0,6	Lixeira
Boa Vista do Ramos	5.199	1,5	0,3	Lixeira
Borba	11.252	4,0	0,4	Lixeira
Careiro da Várzea	806	1,5	1,9	Lixeira
Envira	6.771	3,0	0,4	Lixeira
Fonte Boa	11.625	2,0	0,2	Lixeira
Humaitá	23.944	12,0	0,5	Trincheira
Iranduba	9.873	12,0	1,2	Lixeira
Itacoatiara	46.194	48,0	1,0	Lixeira
Itapiranga	5.293	2,0	0,4	Lixeira
Manacapuru	47.270	15,0	0,3	Lixeira
Manicoré	15.303	12,0	0,8	Lixeira
Novo Airão	6.992	5,0	0,7	Lixeira
Parintins	58.010	60,0	1,0	Lixeira
Pres. Figueiredo	8.391	8,0	1,0	Trincheira
Rio Preto da Eva	9.788	2,0	0,2	Lixeira
Santa Isabel do Rio Negro	4.218	1,5	0,4	Lixeira

São Gabriel da Cachoeira	12.365	6,5	0,5	Lixeira
Silves	3.354	2,0	0,6	Lixeira
Tabatinga	26.539	25,0	0,9	Lixeira
Tefé	47.827	24,0	0,5	Lixeira
Total	398.564	266,0	0,7	

FONTE: IPAAM, 2010.

- Informações do PLAMSAN

De acordo com os dados levantados junto aos municípios do interior do estado do Amazonas verificou-se que a geração de resíduos sólidos “per capita”, exceto os municípios inseridos na Região Metropolitana de Manaus - RMM variaram entre 0,80 kg/habxdia e 0,90 kg/habxdia. Para os municípios inseridos na RMM esse indicador é da ordem de 1,00 kg/habxdia e da Capital cerca de 1,34 kg/habxdia.

4.2.2.3 Parâmetros de Planejamento Adotados

O PMGIRS é o instrumento de planejamento dos serviços de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos e um documento exigido pela Lei nº 11.445/07 e Lei nº 12.305/2010.

Usando os dados apresentados neste capítulo, pelas entidades do Governo Federal, do IPAAM, do Setor Privado de Limpeza Urbana e a visão dos engenheiros do PLAMSAN, pode-se concluir que os dados expressam fragilidade recomendando levar em consideração essas fragilidades, e até a inexistência de alguns dados, em consideração ao se elaborar as metas previstas para constarem no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS.

Como o indicador de geração de resíduos resume a evolução do consumo aparente devem-se levar em consideração vários aspectos, como área geográfica, cultura da região, crescimento populacional, o desenvolvimento tecnológico, as mudanças de hábitos de consumo e o processo de urbanização, pois todos estes parâmetros interferem no indicador.

Assim sendo, usando como base as informações coletadas por todos os atores envolvidos no diagnóstico dos resíduos sólidos propõe-se utilização dos indicadores, para a elaboração dos prognósticos e das metas futuras, conforme exposto no quadro a seguir, considerando as realidades dos municípios inseridos na Região

Metropolitana de Manaus e aqueles localizados no interior do Estado, conforme Ilustração 4.2.2.3, a seguir.

TABELA 4.2.2.3.1 - PARÂMETROS DE PLANEJAMENTO SUGERIDOS

Região	Indicador atual	Situação Futura
Região Metropolitana	1,3 kg/habxdia	1,0 kg/habxdia
Região Interior	0,75 kg/habxdia	0,6 kg/habxdia

Para os demais resíduos foram fixados os seguintes parâmetros de acordo com as recomendações do Manual de Orientação, dos Planos de Gestão de Resíduos Sólidos, do Ministério do Meio Ambiente, de 2012.

➤ Resíduos de Construção Civil e Demolição

- Massa Específica Aparente:
 - Indiferenciado = 1.200 kg/m³;
 - Classe A = 1.400 kg/m³; e,
 - Classe B = 1.500 kg/m³.

➤ Resíduos Volumosos

- Taxa de Geração = 30 kg/habxano;
- Massa Específica Aparente = 400 kg/m³

➤ Resíduos Verdes

- Massa Específica Aparente:
 - in natura = 200 kg/m³;
 - triturados = 450 kg/m³.

➤ Resíduos dos Serviços de Saúde

- Taxa de Geração = 5 kg/1000habxdia;

➤ Resíduos com Logística Reversa Obrigatória

- Taxa de Geração

- Equipamentos Eletroeletrônicos = 2,6 kg/habxano;
- Pneus = 2,9 kg/habxano;
- Pilhas = 4,34 pilhas/habxano;
- Baterias = 0,09 baterias/habxano;
- Lâmpadas Incandescentes = 4 lâmpadas/habxano;
- Lâmpadas fluorescentes = 4 lâmpadas/habxdia.

4.2.3 Coleta e Transporte

A coleta domiciliar do Careiro da Várzea é realizado pela Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Obras, a qual realiza numa frequência de três vezes por semana tanto da área urbana quanto na rural, já que a maioria da população reside na zona rural do município, atendendo todas as localidades da cidade de forma regular.

O município não possui instalações de apoio, como garagem, base operacional, escritórios e infraestruturas de manutenção, o que representa a ausência suplementar para a execução do gerenciamento correto e adequado dos resíduos sólidos gerados pela população.

É realizada, para manutenção da limpeza urbana, a coleta de entulho e bagulho, limpeza de vias e logradouros roçada de terrenos, margens de córregos, capinação, limpeza de feiras livres, limpeza de bocas de lobo das redes de drenagem e podas de árvores.

A varrição e limpeza de feiras livres são realizadas diariamente com o auxílio de vassouras, ciscadores, pás e carrinho de mão. O material utilizado e os colaboradores são vinculados a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo. A capinação e a roçada são realizadas manualmente e mecanizada com uma roçadeira.

Os coletores que realizam além da limpeza pública e coleta dos resíduos, como também pinturas de guias, limpeza das áreas ajardinadas, varrição de calçadas e podas de árvores, não trabalham fardados, usam somente botas e luvas, mas ainda é uma ocorrência muito tímida, como pode ser visto na Ilustração 4.2.3.1.



Ilustração 4.2.3.1 – Limpeza urbana

O que não ocorre no Careiro da Várzea, assim como na grande maioria de cidades brasileiras, é a segregação dos resíduos gerados na fonte, sendo estes descartados misturados, agravando-se ainda mais pelo fato do acondicionamento precário e disposto inadequadamente nas calçadas e em horário diferente ao da coleta municipal.

A Prefeitura Municipal também realiza a coleta dos resíduos dos serviços de saúde gerados por dois estabelecimentos e postos de saúde, não há hospital na cidade. Os geradores realizam a segregação em resíduos infectantes, perfuro cortantes e comuns, os quais ficam estocados até o dia da coleta que acontece uma vez ao mês.

O transporte dos resíduos coletados é realizado por uma caçamba e um caminhão todos terceirizado.

4.2.4 Destinação e Disposição Final

O município não dispõe de unidade de processamento de resíduos e área para destinação final de resíduos, como aterro sanitário. Não há programa de coleta seletiva implementada e não existe nenhuma associação ou infraestrutura de apoio aos catadores.

Todos os resíduos coletados são transportados até o aterro controlado de Manaus quando a caçamba atinge a capacidade máxima. Esta atividade vem sendo realizada a alguns anos, isso porque 95% do município são de várzea e não há ainda espaço para disposição final.

O Aterro Controlado de Manaus fica distante da cidade do Careiro da Várzea cerca de 42 km, sendo que neste trajeto inclui a utilização de transporte fluvial por meio de uma balsa.

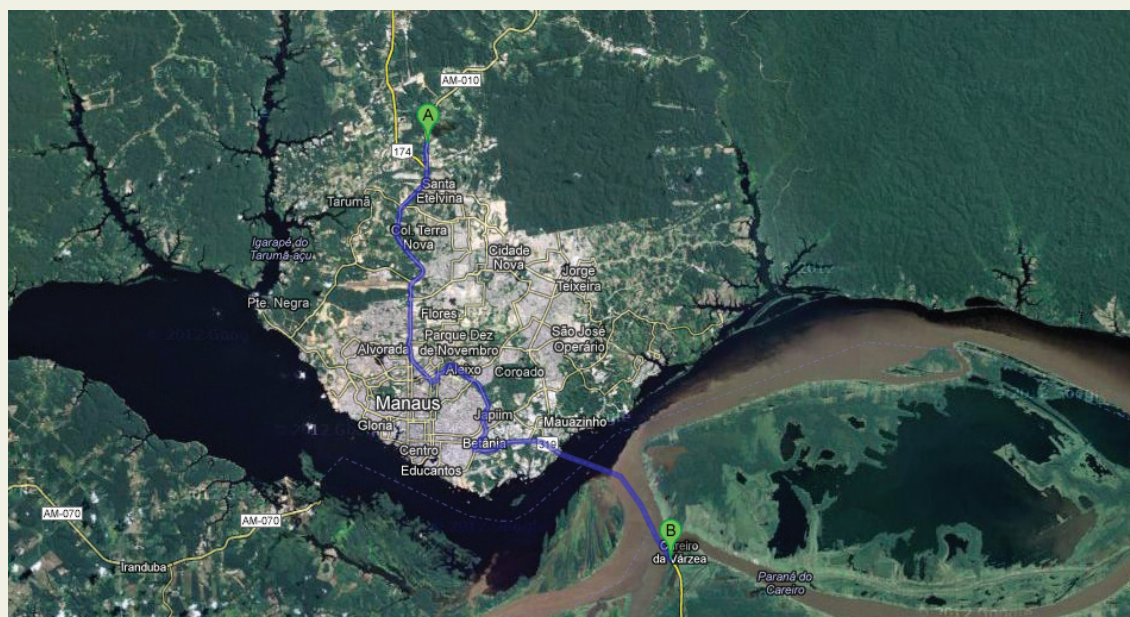


ILUSTRAÇÃO 4.2.4 1 – TRAJETO DA CIDADE DO CAREIRO DA VÁRZEA ATÉ O ATERRO CONTROLADO DE MANAUS

4.2.5 Custos

Conforme foi citado por diversas vezes neste trabalho o município não dispõe de um sistema de informações devidamente organizado, sendo de extrema urgência a criação do sistema municipal de informações sobre saneamento básico, concebido com indicadores referentes aos 4 eixos:

- abastecimento de água;
- esgotamento sanitário;
- limpeza pública e manejo de resíduos sólidos; e,
- drenagem urbana e manejo de águas pluviais.

Em função da ausência de informações confiáveis sabe-se de acordo com o que foi possível apurar junto à Prefeitura Municipal as despesas com coleta de resíduos domiciliares, entulhos e resíduos de serviços de saúde, podas de árvores e varrição de logradouro e vias públicas totalizaram R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), nos exercícios financeiros recentes.

4.2.6 Competências e Responsabilidades tidos na lei Nº 12.305/2010.

Cabe salientar, adicionalmente, que são necessários investimentos de gestão de tal sorte a dotar de capacitação adequada os agentes encarregados por esse setor visando à melhoria do atendimento à população.

4.2.7 Carências e Deficiências

No município do Careiro da Várzea os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos ainda não estão universalizados, principalmente se for considerada a situação dos aglomerados rurais que são em maioria os grandes vilões de resíduos no município, sendo comum detectar-se a existência de pontos viciados com a deposição irregular de resíduos diversos.

Não há, até o momento, controle sobre a ação de agentes privados em relação aos resíduos de serviços de saúde, transportadores e receptores de resíduos de construção civil, bem como sucateiros e ferro velho.

É inquestionável que as dificuldades gerenciais são fruto da ausência de investimentos estruturais, estruturantes e de gestão, principalmente, no que se refere a equipamentos adequados, capacitação dos servidores públicos municipais e organização administrativa, no caso específico do tratamento de indicadores dos serviços de saneamento básico, conforme preconizam a Lei Nº 11.445/07 e a Lei Nº 12.305/10.

4.2.8 Iniciativas Relevantes

A iniciativa mais relevante nos anos recentes no que concerne a solução de seus problemas de saneamento básico foi, sem dúvida, aderir ao Programa de Apoio à Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PLAMSAN, que com o qual elementos para a formalização da política municipal de saneamento básico e gestão integrada dos resíduos sólidos pelos próximos 20 anos.

É importante ressaltar que no âmbito do PLAMSAN vem sendo discutido com os gestores públicos municipais a constituição de Consórcios Públicos de Direito Público, de abrangência regional, que terão como objetivo principal a criação de autarquias intermunicipais de gestão de acordo com as bacias hidrográficas.

Na Secretaria Estadual de Recursos Hídricos está sendo elaborado o Projeto de Lei que organiza o Estado do Amazonas de acordo com as Bacias Hidrográficas, o Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Cabe salientar que parcerias com Universidades Federal e Estadual também vem contribuir nos planejamentos das ações no que se refere à gestão do eixo limpeza pública e manejo de resíduos sólidos.

4.2.9 Legislação e Normas Brasileiras Aplicáveis

Quando da elaboração deste Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos vigiam as Normas Brasileiras e a Legislação Aplicável indicada a seguir.

- Legislação geral

Lei nº 11.107 de 06 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.

Lei nº 12.187 de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre a mudança do clima.

Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Decreto nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007. Regulamenta a Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.

Decreto nº 7.390 de 09 de dezembro de 2010. Regulamenta os arts. 6º, 11 e 12 da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.

Decreto nº 7.217 de 21 de junho de 2010. Regulamenta a Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007.

Decreto nº 7404 de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010.

Decreto nº 7.619 de 21 de novembro de 2011. Regulamenta a concessão de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de resíduos sólidos.

Resolução CONAMA nº 313 de 29 de outubro de 2002. Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.

ABNT NBR 10004/2004. Resíduos sólidos – Classificação. Resíduos Sólidos Domestícios (secos úmidos e indiferenciados).

Decreto nº 7.405 de 23 de dezembro de 2010. Institui o Programa Pró-Catador.

Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às cooperativas.

Resolução CONAMA nº 420 de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

Resolução CONAMA nº 404 de 11 de novembro de 2008. Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos.

Resolução CONAMA nº 386 de 27 de dezembro de 2006. Altera o art. 18 da Resolução CONAMA nº 316, de 29 de outubro de 2002 que versa sobre tratamento térmico de resíduos.

Resolução CONAMA nº 378 de 19 de outubro de 2006. Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, § 1o, art. 19 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 316 de 29 de outubro de 2002. Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos. Alterada pela Resolução nº 386 de 27 de dezembro de 2006.

Resolução CONAMA nº 275 de 25 de abril de 2001. Estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva.

ABNT NBR 15849/2010. Resíduos sólidos urbanos – Aterros sanitários de pequeno porte – Diretrizes para localização, projeto, implantação, operação e encerramento.

ABNT NBR 13221/2010. Transporte terrestre de resíduos.

ABNT NBR 13334/2007. Contentor metálico de 0,80 m³, 1,2 m³ e 1,6 m³ para coleta de resíduos sólidos por coletores-compactadores de carregamento traseiro – Requisitos.

ABNT NBR 10005/2004. Procedimento para obtenção de extrato lixiviado de resíduos sólido.

ABNT NBR 10006/2004. Procedimento para obtenção de extrato solubilizado de resíduos sólidos.

ABNT NBR 10007/2004. Amostragem de resíduos sólidos.

ABNT NBR 13999/2003. Papel, cartão, pastas celulósicas e madeira - Determinação do resíduo (cinza) após a incineração a 525°C.

ABNT NBR 14599/2003. Requisitos de segurança para coletores-compactadores de carregamento traseiro e lateral.

ABNT NBR 8849/1985. Apresentação de projetos de aterros controlados de resíduos sólidos urbanos – Procedimento.

ABNT NBR 14283/1999. Resíduos em solos – Determinação da biodegradação pelo método respirométrico.

ABNT NBR 13591/1996. Compostagem – Terminologia.

ABNT NBR 13463/1995. Coleta de resíduos sólidos.

ABNT NBR 1298/1993. Líquidos livres - Verificação em amostra de resíduos - Método de ensaio.

ABNT NBR 13896/1997. Aterros de resíduos não perigosos - Critérios para projeto, implantação e operação.

- Resíduos de limpeza corretiva

ABNT NBR 13463/1995. Coleta de resíduos sólidos.

ABNT NBR 1299/1993. Coleta, varrição e acondicionamento de resíduos sólidos urbanos – Terminologia.

- Resíduos Verdes

ABNT NBR 13999/2003. Papel, cartão, pastas celulósicas e madeira - Determinação do resíduo (cinza) após a incineração a 525°C.

- Resíduos Volumosos

ABNT NBR 15112/2004. Resíduos da construção civil e resíduos volumosos - Áreas de transbordo e triagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação.

ABNT NBR 10004/2004. Resíduos sólidos – Classificação.

ABNT NBR 13896/1997. Aterros de resíduos não perigosos - Critérios para projeto, implantação e operação.

- Resíduo de Construção Civil

Resolução CONAMA no 448 de 18 de janeiro de 2012. Altera os arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10, 11 da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, alterando critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Resolução CONAMA nº 431 de 24 de maio de 2011. Altera o art. 3º da Resolução nº 307, de 05 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, estabelecendo nova classificação para o gesso.

Resolução CONAMA nº 348 de 16 de agosto de 2004. Altera a Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.

Resolução CONAMA nº 307 de 05 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Alterada pelas Resoluções 348, de 16 de agosto de 2004, e nº 431, de 24 de maio de 2011.

ABNT NBR 13221/2010. Transporte terrestre de resíduos.

ABNT NBR 15116/2004. Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil - Utilização em pavimentação e preparo de concreto sem função estrutural – Requisitos.

ABNT NBR 15112/2004. Resíduos da construção civil e resíduos volumosos - Áreas de transbordo e triagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação.

ABNT NBR 15113/2004. Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes - Aterros - Diretrizes para projeto, implantação e operação.

ABNT NBR 15114/2004. Resíduos sólidos da Construção civil - Áreas de reciclagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação.

ABNT NBR 15115/2004. Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil - Execução de camadas de pavimentação – Procedimentos.

- Resíduos de Serviços de Saúde

Resolução CONAMA nº 358 de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 330 de 25 de abril de 2003. Institui a Câmara Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos. Alterada pelas Resoluções nº 360, de 17 de maio 2005 e nº 376, de 24 de outubro de 2006.

Resolução CONAMA nº 316 de 29 de outubro de 2002. Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos. Alterada pela Resolução nº 386, de 27 de dezembro de 2006.

Resolução CONAMA nº 006 de 19 de setembro de 1991. Dispõe sobre a incineração de resíduos sólidos provenientes de estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos.

Resolução ANVISA nº 306 de 07 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

ABNT NBR 13221/2010. Transporte terrestre de resíduos.

ABNT NBR 14652/2001. Coletor-transportador rodoviário de resíduos de serviços de saúde - Requisitos de construção e inspeção - Resíduos do grupo A.

ABNT NBR 8418/1984. Apresentação de projetos de aterros de resíduos industriais perigosos - Procedimento.

ABNT NBR 12808/1993. Resíduos de serviço de saúde – Classificação.

ABNT NBR 12810/1993. Coleta de resíduos de serviços de saúde – Procedimento.

ABNT NBR 12807/1993. Resíduos de serviços de saúde - Terminologia.

ABNT NBR 15051/2004. Laboratórios clínicos – Gerenciamento de resíduos.

- Resíduos Eletroeletrônicos

Resolução CONAMA nº 420 de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

Resolução CONAMA nº 401 de 04 de novembro de 2008. Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências. Alterada pela Resolução nº 424, de 22 de abril de 2010.

Resolução CONAMA nº 023 de 12 de dezembro de 1996. Regulamenta a importação e uso de resíduos perigosos. Alterada pelas Resoluções nº 235, de 07 de janeiro 1998, e nº 244, de 16 de outubro de 1998.

Resolução CONAMA nº 228 de 20 de agosto de 1997. Dispõe sobre a importação de desperdícios e resíduos de acumuladores elétricos de chumbo.

ABNT NBR 8418/1984. Apresentação de projetos de aterros de resíduos industriais perigosos - Procedimento.

ABNT NBR 10157/1987. Aterros de resíduos perigosos - Critérios para projeto, construção e operação – Procedimento.

ABNT NBR 11175/1990. Incineração de resíduos sólidos perigosos - Padrões de desempenho – Procedimento.

- Resíduos Pilhas e Baterias

Resolução CONAMA nº 420 de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

Resolução CONAMA nº 401 de 04 de novembro de 2008. Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências. Alterada pela Resolução nº 424, de 22 de abril de 2010.

Resolução CONAMA nº 023 de 12 de dezembro de 1996. Regulamenta a importação e uso de resíduos perigosos. Alterada pelas Resoluções nº 235, de 07 de janeiro de 1998, e nº 244, de 16 de outubro de 1998.

Resolução CONAMA nº 228 de 20 de agosto de 1997. Dispõe sobre a importação de desperdícios e resíduos de acumuladores elétricos de chumbo.

ABNT NBR 8418/1984. Apresentação de projetos de aterros de resíduos industriais perigosos - Procedimento.

ABNT NBR 10157/1987. Aterros de resíduos perigosos - Critérios para projeto, construção e operação – Procedimento.

ABNT NBR 11175/1990. Incineração de resíduos sólidos perigosos - Padrões de desempenho – Procedimento.

- Resíduos Lâmpadas

Resolução CONAMA nº 420 de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

ABNT NBR 8418/1984. Apresentação de projetos de aterros de resíduos industriais perigosos - Procedimento.

ABNT NBR 10157/1987. Aterros de resíduos perigosos - Critérios para projeto, construção e operação – Procedimento.

- Resíduos Pneumáticos

Resolução CONAMA nº 420 de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

Resolução CONAMA nº 416 de 30 de setembro de 2009. Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 008 de 19 de setembro de 1991. Dispõe sobre a entrada no país de materiais residuais.

ABNT NBR 8418/1984. Apresentação de projetos de aterros de resíduos industriais perigosos - Procedimento.

ABNT NBR 10157/1987. Aterros de resíduos perigosos - Critérios para projeto, construção e operação – Procedimento.

ABNT NBR 12235/1992. Armazenamento de resíduos sólidos perigosos – Procedimento.

- Resíduos Sólidos Cemiteriais

Resolução CONAMA nº 368 de 28 de março de 2006. Altera dispositivos da Resolução nº 335, de 03 de abril de 2003, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios. Alterada pela Resolução nº 402, de 17 de novembro de 2008.

- Resíduos dos serviços públicos de saneamento

Resolução CONAMA nº 430 de 13 de maio de 2011. Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

Resolução CONAMA nº 420 de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

Resolução CONAMA nº 410 de 04 de maio de 2009. Prorroga o prazo para complementação das condições e padrões de lançamento de efluentes, previsto no art. 44 da Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, e no Art. 3º da Resolução nº 397, de 03 de abril de 2008.

Resolução CONAMA nº 380 de 31 de outubro de 2006. Retifica a Resolução CONAMA nº 375 de 29 de agosto de 2006 - Define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 375 de 29 de agosto de 2006. Define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências. Retificada pela Resolução nº 380, de 31 de outubro de 2006.

Resolução CONAMA nº 357 de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Alterada pelas Resoluções nº 370, de 06 de abril de 2006, nº 397, de 03 de abril de 2008, nº 410, de 04 de maio de 2009, e nº 430, de 13 de maio de 2011.

Resolução CONAMA nº 005 de 05 de agosto de 1993. Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos sólidos gerados nos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários. Alterada pela Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005.

Resolução CONAMA nº 005 de 15 de junho de 1988. Dispõe sobre o licenciamento de obras de saneamento básico.

ABNT NBR 7166/1992. Conexão internacional de descarga de resíduos sanitários - Formato e dimensões.

ABNT NBR 13221/2010. Transporte terrestre de resíduos.

- Resíduos de Drenagem

Resolução CONAMA nº 430 de 13 de maio de 2011. Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

Resolução CONAMA nº 420 de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

Resolução CONAMA nº 410 de 04 de maio de 2009. Prorroga o prazo para complementação das condições e padrões de lançamento de efluentes, previsto no art. 44 da Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, e no Art. 3º da Resolução nº 397, de 03 de abril de 2008.

Resolução CONAMA nº 380 de 31 de outubro de 2006. Retifica a Resolução CONAMA nº 375 de 29 de agosto de 2006 - Define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 375 de 29 de agosto de 2006. Define critérios e procedimentos, para o uso agrícola de lodos de esgoto gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados, e dá outras providências. Retificada pela Resolução nº 380, de 31 de outubro de 2006.

Resolução CONAMA nº 357 de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Alterada pelas Resoluções nº 370, de 06 de abril de 2006, nº 397, de 03 de abril de 2008, nº 410, de 04 de maio de 2009, e nº 430, de 13 de maio de 2011.

Resolução CONAMA nº 005 de 05 de agosto de 1993. Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos sólidos gerados nos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários. Alterada pela Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005.

ABNT NBR 7166/1992. Conexão internacional de descarga de resíduos sanitários - Formato e dimensões.

ABNT NBR 13221/2010. Transporte terrestre de resíduos.

- Resíduos Industriais

Resolução CONAMA nº 420 de 28 de dezembro de 009. Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

Resolução CONAMA nº 401 de 04 de novembro de 2008. Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências. Alterada pela Resolução nº 424, de 22 de abril de 2010.

Resolução CONAMA nº 362 de 23 de junho de 2005. Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.

Resolução CONAMA nº 228/1997. Dispõe sobre a importação de desperdícios e resíduos de acumuladores elétricos de chumbo.

Resolução CONAMA nº 023 de 12 de dezembro de 1996. Regulamenta a importação e uso de resíduos perigosos. Alterada pelas Resoluções nº 235, de 07 de janeiro de 1998, e nº 244, de 16 de outubro de 1998.

Resolução CONAMA nº 008 de 19 de setembro de 1991. Dispõe sobre a entrada no país de materiais residuais.

Resolução CONAMA nº 235 de 07 de janeiro de 1998. Altera o anexo 10 da Resolução CONAMA nº 23, de 12 de dezembro de 1996.

ABNT NBR ISO 14952-3/2006. Sistemas espaciais – Limpeza de superfície de sistemas de fluido. Parte 3: Procedimentos analíticos para a determinação de resíduos não voláteis e contaminação de partícula.

ABNT NBR 14283/1999. Resíduos em solos – Determinação da biodegradação pelo método respirométrico.

ABNT NBR 12235/1992. Armazenamento de resíduos sólidos perigosos – Procedimento.

ABNT NBR 8418/1984. Apresentação de projetos de aterros de resíduos industriais perigosos - Procedimento.

ABNT NBR 11175/1990. Incineração de resíduos sólidos perigosos - Padrões de desempenho – Procedimento.

ABNT NBR 8911/1985. Solventes - Determinação de material não volátil - Método de ensaio.

- Resíduos de serviços de transporte

Resolução CONAMA nº 005 de 05 de agosto de 1993. Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos sólidos gerados nos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários. Alterada pela Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005.

- Resíduos agrosilvopastoris

Resolução CONAMA nº 334 de 03 de abril de 2003. Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos.

5 ESTUDOS DEMOGRAFICOS

5.1 METODOLOGIA

5.1.1 Justificativa do Método Adotado

A utilização da estatística nos mais diversos ramos de atuação é cada vez mais acentuada, independentemente de qual seja a atividade profissional. Um estudo estatístico é uma metodologia desenvolvida para o tratamento de dados coletados, objetivando a classificação, a apresentação, a análise e a interpretação desses dados quantitativos e sua utilização para a tomada de uma decisão.

Em estudos de projeções populacionais o analista se defronta com a situação de dispor de tantos dados que se torna difícil captar intuitivamente todas as informações que os dados contêm. Assim sendo, é necessário reduzir a quantidade de informações até o ponto em que se possa interpretá-las mais claramente.

Através do uso de certas medidas-sínteses, mais comumente conhecidas como estatísticas, um estudo de projeção populacional pode se resumir a um número, que sozinho descreve uma característica de crescimento da população de um dado local.

Evidentemente, ao resumir um conjunto de dados, através do uso de estatísticas, muitas informações fatalmente irão se perder existindo, também, a possibilidade da obtenção de resultados distorcidos com o uso indiscriminado do resultado. Portanto, é necessária muita precaução, quando da análise dos resultados.

5.1.2 Relação Entre Variáveis

A verificação da existência e do grau de relação entre as variáveis X e Y é um estudo de correlação. Uma vez caracterizada procura-se descrever a relação sob forma matemática, através de uma função.

No estudo em questão, nossa variável X representa o ano em que o dado foi coletado e nossa variável Y será o próprio dado coletado, ou seja, o número que identifica a população existente, no local estudado, representada em número de habitantes.

A correlação linear procura medir a relação entre as variáveis X (ano da coleta do dado) e Y (dado representado em número de habitantes), através da disposição dos pontos X e Y, em torno de uma reta.

Como a forma entre as variáveis X e Y nem sempre é linear, ou seja, a variável Y (habitantes) é uma função não linear de X (ano), estudam-se alguns modelos não lineares, que possam se tornar lineares. Assim sendo, utiliza-se também, por exemplo, o artifício da curva geométrica ou o da função exponencial.

5.1.3 Coeficiente de Correlação Linear

O coeficiente de correlação linear (r_{xy}) é o instrumento de medida da correlação linear, quando as variáveis assumem a seguinte equação:

$$Y = a + b.X,$$

Onde “a” e “b” são os parâmetros do modelo, ou seja:

“a” = ponto onde a reta ajustada corta o eixo da variável Y; e,

“b” = tangente do ângulo que a reta forma com uma paralela ao eixo da variável X.

A reta ajustada é denominada de reta dos mínimos quadrados, pois os valores de “a” e “b” são obtidos de tal forma que é mínima a soma dos quadrados das diferenças entre os valores observados de Y e os obtidos a partir da reta ajustada para os mesmos valores de X.

Para obter os estimadores “a” e “b” aplica-se a condição necessária mínima à função, derivando-a em relação a esses parâmetros e igualando-a a zero, obtendo-se o valor de “ r_{xy} ” compreendido entre -1 e +1.

Sua interpretação dependerá do valor numérico e do respectivo sinal, a saber:

- a) Para “ r_{xy} ” compreendido entre 0 e +1, isto é, quando a correlação for positiva, significará que os valores crescentes de X estão associados aos valores crescentes de Y;
- b) Para “ r_{xy} ” igual a +1 corresponderá ao caso anterior, porém os pontos estarão perfeitamente alinhados;
- c) Para “ r_{xy} ” compreendido entre -1 e 0, isto é, quando a correlação é consi-

derada negativa, os valores crescentes de X estarão associados a valores decrescentes da variável Y.

- d) Para “ r_{xy} ” igual a -1 corresponderá aos pontos perfeitamente alinhados, mas em sentido contrário, sendo a correlação denominada de “perfeita negativa”;
- e,
- e) Para “ r_{xy} ” igual a 0, quando não houver relação entre as variáveis X e Y, ou seja, quando não ocorre correlação entre as variáveis a correlação é denominada nula.

5.1.4 Análise de Regressão

A análise da regressão tem por objetivo descrever através de um modelo matemático a relação existente entre duas variáveis, a partir de um número de observações, ou seja, a variável Y (quantidade de habitantes de um dado local) é função de X (ano da coleta do dado), ou seja:

$$Y = f(x)$$

Para um conjunto de valores observados de X e Y constrói-se um modelo de regressão linear de X sobre Y usando a equação da reta, ou um artifício para que essa função se aproxime, ao máximo, de uma reta, conforme mencionado anteriormente.

A determinação dos parâmetros dessa reta é denominada de ajustamento da reta. Para o estudo de projeções populacionais apenas a variável Y é considerada aleatória e X, supostamente, sem erro. Portanto, nesses estudos o uso da reta e de artifícios permite simular várias regressões e, posteriormente, determinar a de melhor qualidade.

5.1.5 O Poder Explicativo do Modelo

O poder explicativo do modelo, representado pelo símbolo R^2 , frequentemente denominado de coeficiente de determinação, tem por objetivo avaliar a qualidade da relação entre as variáveis. Seu valor fornece a proporção da variação total da variável Y (quantidade de habitantes) explicada pela variável X (ano da coleta do dado), através da função ajustada. O valor de R^2 pode variar entre 0% e 100%.

Quando R^2 é igual a 0% a variação explicada de Y é zero, ou seja, a reta ajustada é paralela ao eixo da variável X. Se R^2 for igual a 100% a reta ajustada explicará toda a variação de Y.

Dessa forma, quanto mais próximo de 100% estiver o valor de R^2 melhor a qualidade do ajuste da função aos pontos do diagrama de dispersão e quanto mais próximo a zero, menor será a qualidade do ajuste.

5.2 PROJEÇÕES

5.2.1 Definição das taxas de crescimento populacional

De acordo com o método de ajustamento de curvas pelo processo dos mínimos quadrados os melhores resultados para o coeficiente de regressão linear - “r” foram obtidos para a função linear com os resultados dos censos demográficos dos anos 1991, 2000 e 2010, igual a 0,988 e para a função potencial dos anos 1991, 2000 e 2010, igual a 0,994.

A maior taxa de crescimento geométrico, da população urbana, do município de Careiro da Várzea ocorreu no período compreendido entre 1991 e 2000 mais exatamente na década de 1991, quando atingiu cerca de 1,47% a.a., entretanto a população total no período 2000 à 2010 a população urbana cresceu cerca de 2,18% a.a., superior, portanto, à taxa de crescimento médio do Brasil em 2010 foi 1,17% a.a a população rural cresceu 3,37% a.a.

No quadro 5.2.1.1 estão apresentadas as taxas de crescimento geométrico da população urbana de Careira da Várzea projetadas entre 2007 até 2036, com o coeficiente de correlação linear “r” igual a 0,988 onde se observa que as taxas são praticamente constantes, sendo de 1,65% aa, entre 2007 e 2008, e algo próximo de 1,18% aa entre 2031 e 2032.

No quadro 5.2.1.1 estão apresentadas as taxas de crescimento geométrico da população urbana do Careiro da Várzea projetadas entre 2007 até 2036, com o coeficiente de correlação linear “r” igual a 0,988 onde se observa que as taxas são praticamente constantes, sendo de 1,65% aa, entre 2007 e 2008, e algo próximo de 1,18% aa entre 2031 e 2032.

QUADRO 5.2.1.1					
PREVISÃO DE TAXA DE CRESCIMENTO - r = 0,988					
PERÍODO	TAXA	PERÍODO	TAXA	PERÍODO	TAXA
	(%aa)		(%aa)		(%aa)
07/08	1,65	17/18	1,41	27/28	1,24
08/09	1,62	18/19	1,39	28/29	1,22
09/10	1,59	19/20	1,37	29/30	1,21
10/11	1,57	20/21	1,36	30/31	1,19
11/12	1,54	21/22	1,34	31/32	1,18
12/13	1,52	22/23	1,32	32/33	1,17
13/14	1,50	23/24	1,30	33/34	1,15
14/15	1,48	24/25	1,29	34/35	1,14
15/16	1,45	25/26	1,27	35/36	1,13
16/17	1,43	26/27	1,25		

No Quadro 5.2.1.2, apresentado a seguir, observa-se que a projeção das taxas de crescimento geométrico segundo o modelo dos mínimos quadrados, considerando os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, com coeficiente de correlação potencial igual à 0,994 apresenta taxa praticamente constante variando entre 1,84% aa e 1,82% aa.

QUADRO 5.2.1.2					
PREVISÃO DE TAXA DE CRESCIMENTO - r = 0,994					
PERÍODO	TAXA	PERÍODO	TAXA	PERÍODO	TAXA
	(%aa)		(%aa)		(%aa)
07/08	1,84	17/18	1,83	27/28	1,82
08/09	1,84	18/19	1,83	28/29	1,82
09/10	1,84	19/20	1,83	29/30	1,82
10/11	1,84	20/21	1,83	30/31	1,82
11/12	1,84	21/22	1,83	31/32	1,82
12/13	1,84	22/23	1,83	32/33	1,82
13/14	1,84	23/24	1,83	33/34	1,82
14/15	1,83	24/25	1,83	34/35	1,82
15/16	1,83	25/26	1,82	35/36	1,82
16/17	1,83	26/27	1,82		

5.2.2 Estimativas Populacionais

5.2.2.1 Zona Urbana

Considerando o que foi exposto no item anterior é possível a concepção de dois cenários de crescimento populacional, o que permitirá desenvolver as previsões das necessidades de curto, médio e longo prazo mantendo-se a garantia de um planeamento mais realista segundo cada um dos cenários, ou seja, um mais otimista (Cenário 1) considerando a taxa de crescimento populacional variando entre 1,84% aa, no início do plano, e declinando até 1,82% aa, no final de plano e uma variação menos otimista (Cenário 2), com as taxas de crescimento populacional oscilando entre 1,65% aa e 1,18% aa.

Para o caso de um cenário menos otimista a população do início do plano, em 2013, está estimada em 1034 habitantes e no final do plano estima-se na zona urbana de Careiro da Várzea 1328 habitantes, conforme pode ser observado no Quadro 5.2.2.1.1, a seguir.

QUADRO 5.2.2.1.1					
ESTIMATIVA POPULACIONAL 2013/2032					
HIPÓTESE MENOS OTIMISTA					
ANO	POPUL.	ANO	POPUL.	ANO	POPUL.
	(Hab)		(Hab)		(Hab)
2007	941	2017	1.096	2027	1.251
2008	956	2018	1.111	2028	1.266
2009	972	2019	1.127	2029	1.282
2010	987	2020	1.142	2030	1.297
2011	1.003	2021	1.158	2031	1.313
2012	1.018	2022	1.173	2032	1.328
2013	1.034	2023	1.189	2033	1.344
2014	1.049	2024	1.204	2034	1.359
2015	1.065	2025	1.220	2035	1.375
2016	1.080	2026	1.235	2036	1.390

Para o caso de um cenário otimista a população do início do plano, em 2013, está estimada em 1045 habitantes e no final do plano, 2032, estima-se na zona urbana de Careiro da Várzea 1474 habitantes, conforme pode ser observado no Quadro 5.2.2.1.2, a seguir.

QUADRO 5.2.2.1.2					
ESTIMATIVA POPULACIONAL 2013/2032					
HIPÓTESE OTIMISTA					
ANO	POPUL.	ANO	POPUL.	ANO	POPUL.
	(Hab)		(Hab)		(Hab)
2007	937	2017	1.124	2027	1.347
2008	954	2018	1.144	2028	1.371
2009	972	2019	1.165	2029	1.396
2010	989	2020	1.187	2030	1.422
2011	1.008	2021	1.208	2031	1.448
2012	1.026	2022	1.230	2032	1.474
2013	1.045	2023	1.253	2033	1.501
2014	1.064	2024	1.276	2034	1.528
2015	1.084	2025	1.299	2035	1.556
2016	1.104	2026	1.323	2036	1.584

5.2.2.2 ZONA RURAL

De acordo com as informações fornecidas pelo município há na zona rural 8 aldeias indígenas da etnia mura e 57 aglomerados rurais, que totalizaram no Censo Demográfico do ano 2010, 1000 habitantes . A taxa de crescimento geométrico da população rural no período 2000/2010 foi de 3,37% aa e no período de 1991/2000 taxa de -0,65% aa, que foi fortemente influenciada pela taxa do período anterior.

Considerando que na Zona Rural não há Distritos cuja tendência natural será de não obtenção de autonomia administrativa se tornando mais complexo criar novos municípios, mesmo assim decidiu-se por manter a taxa de crescimento populacional da zona rural do município de Careiro da Várzea igual a 3,37% aa, e que se percebe o êxodo rural, a população em busca de melhores condições de vida, (população urbana + rural) do período de 2000/2010, que se justifica em função de baixo crescimento e potencialidades do município.

Em razão da taxa do município no período de 2000/2010 ter sido de 2,18%, consideramos a taxa de 3,32 do mesmo da região urbana é rural . Até por que o crescimento populacional do país no mesmo ano foi 1,17%. Considerando a taxa de crescimento geométrico adotada prevê-se que a população rural no final do plano, 2032, será de 31.474 habitantes e no final da primeira etapa do plano, ou seja, no ano 2022 da ordem de 27.254 habitantes.

6 PARÂMETROS DE PLANEJAMENTO

6.1 GESTÃO ASSOCIADA

6.1.1 Perspectivas para a Gestão Associada com Municípios da Região

Conforme citado anteriormente está em desenvolvimento no âmbito do PLAMSAN estudos e debates para a constituição de Consórcios Públicos de Direito Público, que terão como objetivo principal a criação de autarquias intermunicipais de gestão dos serviços de saneamento básico, de acordo com as bacias hidrográficas, conforme orienta a Lei Nº 11.445/07.

A iniciativa tem por objetivo a organização administrativa e gerencial, bem como, possibilitar a contratação de técnicos especializados no setor de saneamento básico, trazendo como consequência a possibilidade de prestação de serviços de saneamento com qualidade minimamente aceitável, considerando que essa medida possibilitará a melhoria dos serviços, com a consequente redução dos custos operacionais, em relação aos serviços prestados à sociedade por cada uma das Prefeituras Municipais.

A possibilidade da contratação de técnicos devidamente capacitados para operação e gestão dos sistemas de saneamento básico, através dos Consórcios Públicos, é de fundamental importância, pois além de proporcionar a otimização dos custos operacionais e dos investimentos trará como consequência a operação das unidades componentes dos sistemas de forma mais segura de tal sorte a atender o que preconizam a legislação vigente e as normas brasileiras.

Adicionalmente cabe lembrar que um sistema de saneamento mal operado acarreta custos desnecessários e em particular um aterro sanitário operado em desacordo com a melhor técnica, em pouco tempo, se transforma em lixão, perdendo-se integralmente os valores inicialmente investidos.

6.1.2 Definição das Responsabilidades Públicas e Privadas

De acordo com o modelo de gestão proposto, onde se inclui o município de Careiro da Várzea, os serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos,

considerando coleta, transporte, tratamento e disposição final estarão sob-responsabilidade do Consórcio Público de Direito Público, em fase de discussão junto aos Gestores Públicos.

Os resíduos domiciliares deverão ser separados pelos usuários e colocados a disposição de coleta devidamente identificados, minimamente, como resíduos úmidos e secos.

Entendem-se como resíduos úmidos o seguinte:

- Restos de alimentos;
- Restos de verduras;
- Restos de frutas; e,
- Outros materiais não reutilizáveis e/ou recicláveis.

Na condição de resíduos secos entende-se o seguinte

- Papéis;
- Papelão;
- Vidros;
- Metais ferrosos;
- Metais não ferrosos; e,
- Plásticos.

Os resíduos gerados em próprios públicos e privados, com as características de resíduos domiciliares serão coletados conforme especificado no parágrafo anterior, mas os resíduos de serviços de saúde, de construção civil e outros considerados como não domiciliares serão acolhidos, desde que devidamente identificados, na área do aterro sanitário onde haverá espaço e equipamentos para acolhê-los adequadamente.

6.2 DIRETRIZES, ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS, AÇÕES E METAS PARA O MANEJO DIFERENCIADO DOS RESÍDUOS.

6.2.1 Diretrizes Específicas

Considerando que a legislação vigente estabelece que sejam efetivados esforços para a não geração e redução dos resíduos, de tal sorte a otimizar a reutilização e

a reciclagem destinado aos aterros sanitários os resíduos considerados na condição de rejeitos.

Assim sendo, em função de amplo programa de educação ambiental a Prefeitura Municipal do Careiro da Várzea está se preparando material e tecnicamente para orientar a população local para recuperação de resíduos e minimização de rejeitos na destinação final ambientalmente adequada, considerando os seguintes pontos:

- Separação dos resíduos domiciliares recicláveis na fonte, em resíduos secos e úmidos;
- Incentivo a população de forma geral a fazer a compostagem domiciliar;
- Coleta seletiva dos resíduos secos, porta a porta, com veículos que permitam operação a baixo custo, priorizando-se a inserção de associações ou cooperativas de catadores;
- Compostagem da parte orgânica dos resíduos sólidos urbanos;
- Segregação dos resíduos de construção e demolição com reutilização ou reciclagem dos resíduos de classe A (trituráveis) e classe B (madeiras, plásticos, papel e outros);
- Segregação dos resíduos volumosos (móveis, objetos inservíveis e outros) para reutilização ou reciclagem;
- Segregação na origem dos resíduos de serviços de saúde;
- Implantação da logística reversa com retorno à indústria dos materiais pós consumo, entre eles as embalagens de agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, embalagens de óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio, bem como de luz mista, produtos eletroeletrônicos e seus componentes;
- Encerramento de lixões, no caso de futura existência, com a recuperação do passivo ambiental, com o cercamento da área, recobrimento com solo adequado, drenagem e outras providências que devem ser efetivadas com o objetivo de preservar a área em questão.

6.2.2 Estratégias de Implementação e Redes de Áreas de Manejo Local ou Regional

Considerando a necessidade de implantação de um modelo tecnológico que privilegie o manejo diferenciado, a gestão integrada dos resíduos sólidos, com a inclusão social, a formalização do papel dos catadores de materiais recicláveis e compartilhamento de responsabilidades com os diversos agentes prevêem- que a implanta-

ção de instalações para o manejo diferenciado e integrado, bem como regulado e normatizado como identificação a seguir:

- Ecopontos para acumulação temporária de resíduos da construção e demolição, de resíduos volumosos, da coleta seletiva e resíduo com logística reversa;
- Locais de entrega voluntária de resíduos recicláveis com a utilização de contêineres, sacos ou outros dispositivos instalados em espaços públicos ou privados, monitorados, para recebimento de recicláveis;
- Galpão de triagem de recicláveis secos, com normas operacionais devidamente definidas sem regulamento;
- Unidades de compostagem/biodigestão de orgânicos;
- Áreas de triagem e transbordo de resíduos da construção e demolição, resíduos volumosos e resíduos com logística reversa, de acordo com a NBR 15.112;
- Áreas de reciclagem de resíduos de construção, conforme recomenda a NBR 15.114;
- Aterro sanitário;

6.2.3 Metas Quantitativas e Prazos

Considerando que a implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos será realizada de forma paulatina, principalmente por se tratar de algo novo no cotidiano do município e tendo como fundamento a participação e o controle social de forma intensa será de boa prática a sua revisão, nos próximos 8 anos em intervalos de 2 anos, com a realização das respectivas Conferências Municipais de Saneamento Básico.

Conforme mencionado encontra-se em fase de discussão e preparação, entre municípios que compõem a Bacia Hidrográfica onde está inserido o município de Careiro da Várzea, do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico que terá entre suas obrigações administrar e operar os sistemas que constitui os serviços de saneamento básico, fixando-se o prazo máximo de 1 ano para início efetivo de suas atividades.

No período compreendido entre agosto de 2012 e março de 2013 estão previstas as atividades para elaboração dos projetos básicos das unidades que compõem os serviços de limpeza pública e manejo de águas pluviais e de abril de 2013 à julho de 2014 desenvolver-se-ão as ações para execução das obras referentes as suas

unidades, inclusive a construção e início de operação do aterro sanitário e encerramento do lixão quando houver.

No âmbito deste Plano fixa-se o prazo de 12 meses para a criação do Conselho Municipal de Saneamento Básico, a partir da data de vigência da Lei Municipal de Saneamento Básico (LMSB), que terá como finalidade acompanhar e desenvolver as ações de controle social dos serviços de saneamento, abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como drenagem urbana e manejo de águas pluviais, do município.

6.2.4 Programas e Ações – Agentes Envolvidos e Parcerias

No âmbito deste Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos estão previstos os seguintes programas e ações:

- Disciplinamento das atividades dos geradores, transportadores e receptores de resíduos, a partir da exigência da elaboração dos Planos de Gerenciamento, quando cabível;
- Modernização dos instrumentos de controle e fiscalização, agregando tecnologia de informação;
- Formalização da presença dos catadores organizados no processo de coleta de resíduos, promovendo a sua inclusão, a remuneração do seu trabalho público e a sua capacitação;
- Formalização da presença das ONG's envolvidas na prestação de serviços públicos;
- Transformação em ação obrigatória a adesão aos compromissos da A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública), incluindo o processo de compras sustentáveis, para todos os órgãos da administração pública local;
- Valorização da educação ambiental como uma das ações prioritárias;
- Incentivo a implantação de eonegócios por meio de cooperativas, indústrias ou atividades processadoras de resíduos.

6.3 DIRETRIZES, ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS, AÇÕES E METAS PARA OUTROS ASPECTOS DO PLANO.

6.3.1 Definição de Áreas para Disposição Final

Como já foi citado neste trabalho, em função da inexistência de balança nos municípios, não há estimativa seguras a respeito da quantidade de resíduos sólidos

recolhidos em Careiro da Várzea, parâmetros essenciais para o cálculo da área superficial necessária para instalação de aterro.

Entretanto como citamos em vários itens deste plano, o município em questão, recolhe em sua maior parte de seus resíduos e deposita no aterro de Manaus.

Para o município de Careiro da Várzea foi adotada como área a ser encontrada, aquela que oferecesse uma vida útil de 20 anos, para o aterro sanitário proposto. Isso se justifica em função do que determinam as Leis Nº 11.445/07 e Nº 12.305/10 e conhecimento geológico prévio da região e da legislação pertinente.

Assim, na presente avaliação, foram utilizados números aproximados: adotou-se o valor no estudo específico que consta deste trabalho, com taxas declinantes, ou seja, de 2013 à 2017 igual a 0,75 kg/habxdia, de 2018 à 2022, quando se encerra primeira etapa igual a 0,70 kg/habxdia, de 2023 à 2027 igual a 0,65 kg/habxdia e no período 2027 à 2032, igual à 0,60 kg/habxdia.

Considerando as projeções populacionais elaboradas e apresentadas neste trabalho, onde foram estudados dois cenários de crescimento populacional, um otimista e outro menos otimista, apresenta-se a seguir o quadro 6.3.1.1, onde se pode visualizar a geração de resíduos sólidos, diária, destinado ao aterro sanitário, sob a forma de rejeitos, considerando a hipótese menos otimista.

QUADRO 6.3.1.1						
GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES - DIÁRIA						
HIPÓTESE MENOS OTIMISTA						
ANO	POPULAÇÃO	GERAÇÃO	ANO	POPULAÇÃO	GERAÇÃO	OBS
	(Hab)	(t/dia)		(Hab)	(t/dia)	
2013	1.034	1,3	2023	1.189	1,3	
2014	1.049	1,4	2024	1.204	1,3	
2015	1.065	1,4	2025	1.220	1,3	
2016	1.080	1,4	2026	1.235	1,4	
2017	1.096	1,4	2027	1.251	1,4	
2018	1.111	1,3	2028	1.266	1,3	
2019	1.127	1,4	2029	1.282	1,3	
2020	1.142	1,4	2030	1.297	1,3	
2021	1.158	1,4	2031	1.313	1,3	
2022	1.173	1,4	2032	1.328	1,3	

No quadro 6.3.1.2 pode-se observar a geração de resíduos sólidos do município de Careiro da Várzea, anualmente, que será destinada ao aterro sólido na condição de rejeitos, admitindo o cenário menos otimista.

Assim sendo, a estimativa menos otimista prevê durante os 20 anos, de vigência deste Plano, a destinação de 9.844 t de resíduos considerados rejeitos, no cenário em questão.

Admitindo a densidade dos rejeitos após compactação igual a 0,75 t/m³ obtém-se como resultado um volume de 13.125 t. Nos cálculos há que se levar em conta também o volume do material de cobertura (solo) sobre as camadas de rejeitos. Considerando-se a relação de 1:3 entre cobertura e rejeitos compactados, o volume total do material de cobertura ao longo de vinte anos foi estimado em 4.375 m³, portanto o volume total de rejeitos e cobertura se estima em 17.500 m³.

QUADRO 6.3.1.2						
GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES - ANUAL						
HIPÓTESE MENOS OTIMISTA						
ANO	POPULAÇÃO	GERAÇÃO	ANO	POPULAÇÃO	GERAÇÃO	OBS
	(Hab)	(t/ano)		(Hab)	(t/ano)	
2013	1.034	491	2023	1.189	477	
2014	1.049	498	2024	1.204	483	
2015	1.065	505	2025	1.220	490	
2016	1.080	512	2026	1.235	496	
2017	1.096	520	2027	1.251	502	
2018	1.111	487	2028	1.266	462	
2019	1.127	494	2029	1.282	468	
2020	1.142	500	2030	1.297	473	
2021	1.158	507	2031	1.313	479	
2022	1.173	514	2032	1.328	485	
GERAÇÃO 2013-2022		5.028	GERAÇÃO 2023-2032		4.816	9.844
GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES-REJEITOS-2013 - 2032 (t)						
VOLUME DOS REJEITOS APÓS COMPACTAÇÃO (m³)						13.125
VOLUME TOTAL DE COBERTURA (m³)						4.375
VOLUME TOTAL DO ATERRO SANITÁRIO (m³)						17.500
ÁREA MÁXIMA OCUPADA PELO ATERRO (ha)						4,8
ÁREA MÍNIMA OCUPADA PELO ATERRO (ha)						3,4

Considerando que a altura do aterro sanitário poderá variar entre 1 m e 5 m e que junto a ele deverá ter espaço para um prédio administrativo, garagem central, estrutura para balança, local de recepção e manejo de resíduos de construção civil, bem como local para acolhimento dos resíduos de saúde, triturador de galhos e demais apoios, inclusive área para compostagem e um galpão para triagem de resíduos recicláveis que ocuparão uma área de cerca de 30.000 m². Estima-se que a área para implantação do aterro, considerando a área de arruamentos internos equivalente a 20% do total calculado, estará compreendida entre 5,7 ha e 4,0 ha, considerando a hipótese menos otimista.

Admitindo-se o cenário otimista os resultados podem ser observados nos quadros 6.3.1.3 e 6.3.1.4, a seguir.

QUADRO 6.3.1.3						
GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES - DIÁRIA						
HIPÓTESE OTIMISTA						
ANO	POPULAÇÃO	GERAÇÃO	ANO	POPULAÇÃO	GERAÇÃO	OBS
	(Hab)	(t/dia)		(Hab)	(t/dia)	
2013	1.045	1,4	2023	1.253	1,4	
2014	1.064	1,4	2024	1.276	1,4	
2015	1.084	1,4	2025	1.299	1,4	
2016	1.104	1,4	2026	1.323	1,5	
2017	1.124	1,5	2027	1.347	1,5	
2018	1.144	1,4	2028	1.371	1,4	
2019	1.165	1,4	2029	1.396	1,4	
2020	1.187	1,4	2030	1.422	1,4	
2021	1.208	1,4	2031	1.448	1,4	
2022	1.230	1,5	2032	1.472	1,5	

Do quadro 6.3.1.3, considerando o cenário otimista a geração de resíduos sólidos domiciliares diários, coletados na condição de rejeitos está estimada em 1,4 t/dia, no início do plano e 1,5 t/dia no ano horizonte deste Plano.

Do quadro 6.3.1.4 a principal conclusão remete que para o cenário mais otimista a área destinada ao aterro sanitário deve oscilar entre 4,1 ha e 5,8 ha para atender as necessidades dos próximos 20 anos.

QUADRO 6.3.1.4						
GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES - ANUAL						
HIPÓTESE OTIMISTA						
ANO	POPULAÇÃO	GERAÇÃO	ANO	POPULAÇÃO	GERAÇÃO	OBS
	(Hab)	(t/ano)		(Hab)	(t/ano)	
2013	1.045	496	2023	1.253	503	
2014	1.064	505	2024	1.276	512	
2015	1.084	514	2025	1.299	522	
2016	1.104	524	2026	1.323	531	
2017	1.124	533	2027	1.347	541	
2018	1.144	501	2028	1.371	500	
2019	1.165	510	2029	1.396	510	
2020	1.187	520	2030	1.422	519	
2021	1.208	529	2031	1.448	529	
2022	1.230	539	2032	1.474	538	
GERAÇÃO 2013-2022		5.171	GERAÇÃO 2023-2032		5.204	
GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES-REJEITOS-2013 - 2032						10.376
(t)						
VOLUME DOS REJEITOS APÓS COMPACTAÇÃO (m³)						13.834
VOLUME TOTAL DE COBERTURA (m³)						4.611
VOLUME TOTAL DO ATERRO SANITÁRIO (m³)						18.446
ÁREA MÁXIMA OCUPADA PELO ATERRO (ha)						4,8
ÁREA MÍNIMA OCUPADA PELO ATERRO (ha)						3,4

Para a escolha das áreas de aterro deve se considerar que nos municípios da Amazônia a dificuldade traz particularidades ambientais e infraestruturais. Enquanto que em outras regiões do Brasil as estradas que interligam os municípios oferecem mais opções para o escoamento dos resíduos, na maioria dos municípios das margens dos rios, na Amazônia, isso é mais complexo. Somados aos fatores infraestruturais, o ambiente natural da região amazônica impõe às cidades particularidades hidrogeomorfológicas que dificultam a escolha de locais para a disposição final dos resíduos sólidos. Principalmente o município em questão onde a concentração da população se encontra em sua maioria na zona rural.

Assim, a análise das alternativas locacionais para a construção do aterro sanitário considerou os seguintes critérios, baseados em legislações e normas correlatas:

Topografia, Tipos de solos existentes (solos de pouca permeabilidade), Recursos hídricos, Acessos (estradas em permanente condição de tráfego), Tamanho disponível e vida útil (área utilizável por no mínimo 20 anos), Distância mínima de núcleos populacionais, a Área de Segurança Aeroportuária (ASA) nos raios de 13 e 20 km de raio a partir do centro geométrico do aeroporto e Áreas Especiais, como reservas indígenas, áreas militares e unidades de conservação.

No quadro seguinte observa-se as informações acerca da área indicada para a implantação do aterro no município de Careiro da Várzea as ilustrações 6.3.1.1 e observa-se no mapa as áreas indicadas.

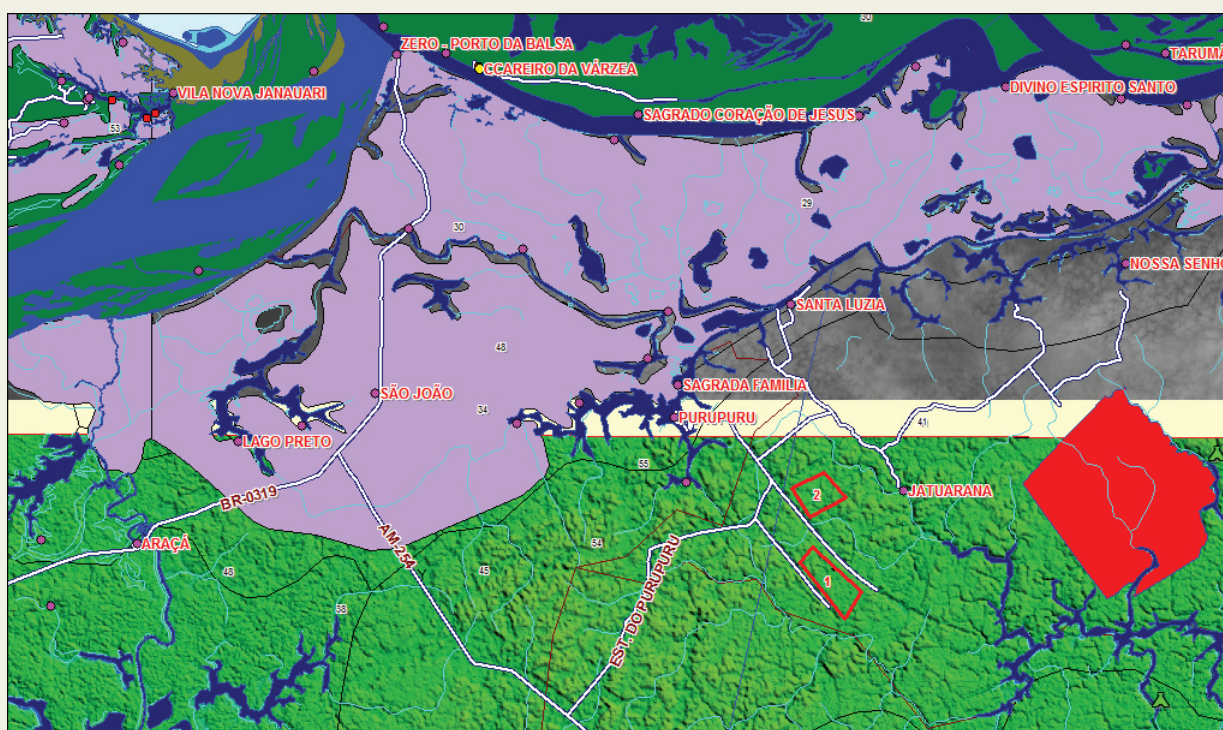


ILUSTRAÇÃO 6.3.1.1 - IMAGEM DAS ÁREAS ESCOLHIDAS PARA DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS EM CAREIRO DA VÁRZEA

QUADRO 6.3.1.1: CARACTERÍSTICAS DAS ÁREA INDICADAS PARA OS ATERROS SANITÁRIOS.

Área escolhida	Tamanho da Área (há)	Tipo de Solo	Características físicas do Solo quanto a granulometria	Distância em linha reta do centro urbano (km)	Extensão do sistema viário existente do centro urbano aos locais indicados (km)	Extensão necessária para construção de novas vias	Inserida em área especial?
1	602,24	Latossolo Amarelo	Média	36,79	70,25	0	Não
2	435,34	Latossolo Amarelo	Média	32,12	70,42	0	Não

A área 1 apresenta um tamanho de 602,24 ha, tipo de solo Latossolo Amarelo com granulometria de característica média, possui as coordenadas -59° 38' 23,0028" S e -3° 28' 7,0824" O, está a uma distância de 36,79 km do centro urbano em linha reta e possui acesso pelo sistema viário existente a uma distância aproximada de 70,25 km.

A área 2 apresenta um tamanho de 435,34 ha, tipo de solo Latossolo Amarelo com granulometria de característica média, possui as coordenadas -59° 38' 45,186" S e -3° 25' 29,3376" O, está a uma distância de 32,12 km do centro urbano em linha reta e possui acesso pelo sistema viário existente a uma distância aproximada de 70,42 km.

Para estas áreas não necessita da construção de novas vias para acessar o local, apenas a adequação das existentes para um tráfego perene e assim evitar o desgaste dos veículos.

Conforme estimado neste trabalho acima, Careiro da Várzea necessitará de uma área de no mínimo 5,8 ha, levando em consideração um cenário otimista de crescimento populacional e a área máxima possível de ocupação do aterro sanitário. Portanto, a área escolhida é favorável para construção do aterro, mediante os critérios utilizados, necessitando de estudos mais aprofundados para confirmação de outros critérios que devem ser analisados em projeto.

6.3.2 Regramento dos Planos de Gerenciamento Obrigatórios

Os Planos de Gerenciamento obrigatórios serão recepcionados pela Prefeitura Municipal e encaminhados ao setor competente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico para avaliação e aprovação, bem como, as condições de atualização e fiscalização.

Os Planos de Gerenciamento obrigatórios serão recepcionados pela Prefeitura Municipal, no órgão a ser definido na Lei Municipal de Saneamento Básico – LMSB, e que serão encaminhados ao setor competente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico para avaliação e aprovação, bem como, as condições para atualização e fiscalização.

Assim sendo, estarão obrigados a elaborar os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, ficando sujeitos a aplicação das penalidades que serão fixadas na Lei Municipal de Saneamento Básico, os responsáveis por atividades industriais, agrosilvopastoris, estabelecimento de resíduos de saúde, serviços públicos de saneamento básico, empresas e terminais de transporte, mineradoras, empresas de construção civil e os grandes estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.

Para efeito deste Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS fixa-se a data limite de 1 de agosto de 2013 para a primeira apresentação dos Planos de Gerenciamento ao órgão receptor local.

Anualmente os responsáveis pelos Planos de Gerenciamento deverão disponibilizar ao órgão municipal, a ser definido em Lei, ao órgão licenciador do SISNAMA e às demais autoridades competentes informações completas e atualizadas sobre a implementação e a operacionalização do Plano, consoante as regras estabelecidas pelo órgão coordenador do SINIR, por meio eletrônico.

6.3.3 Ações Relativas aos Resíduos com Logística Reversa

A partir do dia 1 de agosto de 2013 todos os estabelecimentos que comercializam produtos de logística reversa, tais como, produtos eletroeletrônicos, pilhas e baterias, bem como, lâmpadas fluorescentes, pneus, agrotóxicos e embalagens e óleos lubrificantes e embalagens deverão reservar áreas específicas, sob sua responsabilidade, para armazenamento desses resíduos e posterior devolução aos seus fornecedores e/ou produtores.

Obrigam-se os responsáveis por esses resíduos informar anualmente à Prefeitura Municipal, no órgão a ser definido pela Lei Municipal de Saneamento Básico, as ações de logística reversa a seu cargo, de modo a permitir o cadastramento das instalações locais, urbanas ou rurais, inseridas nos sistemas de logística reversa adotados.

Através de um amplo programa de educação sanitária e ambiental, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal, serão divulgadas as ações que caberão aos usuários quanto a segregação, acondicionamento e destinação adequada dos resíduos e as penalidades previstas que constarão da Lei Municipal de Saneamento Básico.

6.3.4 Indicadores de Desempenho para os Serviços Públicos

Os critérios estratégicos para a avaliação dos serviços de limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos do município de Careiro da Várzea foram estabelecidos considerando o seguinte:

- Universalização dos serviços;
- Integralidade do atendimento;
- A eficiência e a sustentabilidade econômica;
- A articulação com as políticas de inclusão social, de desenvolvimento urbano e regional e outras de interesse relevante;
- A adoção de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários;
- A adoção de soluções graduais e progressivas;
- A adequação à preservação da saúde pública e do meio ambiente; e,
- O grau de satisfação do usuário.

Assim sendo, considerando que os indicadores dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos serão de primordial importância para o desenvolvimento efetivo do controle social, bem como para o balizamento dos investimentos dos Governos Estadual e Federal fica definido neste PMGIRS, pela inexistência dos indicadores do SINIR, os indicadores que constam do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, do Ministério das Cidades, entre eles os seguintes:

- Incidência das despesas com o manejo de resíduos sólidos nas despesas correntes;
- Despesa “per capita” com manejo de resíduos em relação à população;
- Receita arrecadada “per capita”;
- Autossuficiência financeira com o manejo de resíduos sólidos;
- Taxa de empregados em relação à população urbana;
- Incidência de empregados próprios no total de empregados no manejo de resíduos sólidos;
- Incidência de empregados gerenciais e administrativos no total de empregados no manejo de resíduos sólidos;

- Cobertura do serviço de coleta em relação à população total atendida;
- Taxa de cobertura do serviço de coleta de resíduos domiciliares em relação à população urbana;
- Massa recuperada “per capita” de materiais recicláveis secos, exceto matéria orgânica e rejeitos, em relação à população urbana;
- Taxa de material recolhido pela coleta seletiva de secos, exceto matéria orgânica, em relação à quantidade total coletada de resíduos sólidos domésticos;
- Taxa de recuperação de materiais recicláveis secos, exceto matéria orgânica e rejeitos, em relação à quantidade total;
- Massa recuperada “per capita” de matéria orgânica em relação à população urbana;
- Taxa de material recolhido pela coleta seletiva de matéria orgânica em relação à quantidade total coletada de resíduos sólidos domiciliares;
- Taxa de recuperação de matéria orgânica em relação à quantidade total;
- Massa de matéria orgânica estabilizada por biodigestão em relação à massa total de matéria orgânica;
- Massa de resíduos dos serviços de saúde coletada “per capita” em relação à população urbana;
- Massa de resíduos da construção civil coletada “per capita” em relação à população urbana;
- Quantidade de deposições irregulares por mil habitantes;
- Taxa de resíduos recuperados em relação ao volume total removido na limpeza corretiva de deposições irregulares;
- Quantidade de catadores, organizados em relação a quantidade total de catadores (autônomos e organizados);
- Quantidade de catadores remunerados pelo serviço público de coleta em relação à quantidade total de catadores;
- Quantidade de economias participantes dos programas de coleta em relação à quantidade total de economias

É importante salientar que após definidos os indicadores do Sistema Nacional de Informações de Resíduos Sólidos - SINIR, sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, os indicadores relacionados neste item devem ser reavaliados e compatibilizados com os do Governo Federal.

6.3.5 Ações Específicas nos Órgãos da Administração Pública

Até o dia 31 de dezembro de 2013 a Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea desenvolverá a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, que buscará estimular a inserção da dimensão ambiental nos programas de qualidade de gestão dos órgãos governamentais, nos seus diferentes níveis administrativos.

O objetivo da A3P é motivação dos servidores públicos a adotarem novos procedimentos técnicos e administrativos que incluam critérios ambientais, visando diminuir impactos negativos sobre o meio ambiente, decorrentes de atividades rotineiras.

As ações para a implementação da A3P são as relacionadas a seguir:

- Criação de uma comissão formada por servidores das diversas áreas de cada instituição para elaborar diagnóstico e plano estratégico de ações para o enfrentamento dos problemas ambientais detectados;
- Realização de palestras, reuniões, exposições, oficinas de arte-educação, ecologia humana, capacitação técnica e treinamento;
- Formação de parcerias internas com o objetivo de incentivar comportamentos compatíveis com a conservação do patrimônio público e dos recursos naturais;
- Produção de informativos referentes a temas ambientais, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição;
- Criação de concursos internos, com adoção de premiação, que estimulem ações positivas e adequação da infraestrutura funcional;
- Implementação da coleta seletiva de materiais recicláveis e gestão adequada dos resíduos sólidos gerados na instituição, bem como a regulamentação de novos procedimentos administrativos;
- Inclusão de critérios ambientais nas disposições licitatórias, priorizando, nas compras públicas e na contratação de serviços, fornecedores que adotem práticas ecoeficientes.

No que concerne as disposições licitatórias é importante ressaltar que as ações em questão devem refletir nas especificações para contratos com terceiros de qualquer tipo, estendendo a eles as mesmas imposições, por força do poder de compra, ressaltando-se o seguinte:

- O cumprimento das exigências da Lei Nº 12.305/10, em nome do contratante público;

- A documentação de todos os fluxos de resíduos e da origem dos materiais;
- O uso de agregados reciclados, provenientes de resíduos da construção em obras e serviços públicos, entre outras determinações.

É importante salientar que as parcerias internas, institucionais, com a iniciativa privada e com ONG's e instituições assistenciais serão as estratégias a ser utilizadas para alcançar os bons resultados.

No âmbito interno as parcerias serão viabilizadas entre os membros da Comissão da Agenda Ambiental, com a participação das áreas técnicas, de serviços gerais e recursos humanos. No que se refere as instituições governamentais serão desenvolvidas ações, nas três esferas de governo, no sentido de se obter a maior quantidade possível de troca de informações e cooperação técnico-operacional.

As empresas que estejam comprometidas com as questões sociais e ambientais são parceiras naturais, que podem contribuir para o intercâmbio de informações e viabilização de ações conjuntas.

As ONG's e instituições assistenciais comprometidas com o exercício da cidadania, inclusão social, defesa dos direitos humanos, preservação ambiental e desenvolvimento sustentável, por meio de apoio técnico e/ou financeiro para a realização de ações conjuntas.

6.3.6 Iniciativas para a Educação Ambiental e Comunicação

6.3.6.1 O Papel da Educação Ambiental e Comunicação Social

A Lei nº 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS que reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Entre os instrumentos da PNRS encontram-se os diversos tipos de planos de resíduos sólidos, entre eles os que são aplicáveis aos municípios de menor porte estão: planos microrregionais de resíduos sólidos; planos intermunicipais de resíduos sólidos; planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos; e os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Por outro lado, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e o Decreto nº 7.404 de dezembro de 2010, apontam entre seus objetivos a não-geração, redução, reutilização e tratamento de resíduos sólidos; a destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos; a diminuição do uso dos recursos naturais como água e energia no processo de produção de novos produtos; o aumento da reciclagem; a promoção da inclusão social e a geração de emprego e renda para catadores de materiais recicláveis; a logística reversa como conjunto de ações para facilitar o retorno dos resíduos aos seus geradores para tratamento ou reaproveitamento na forma de novos produtos.

Para a execução destes objetivos da Lei, reconhece a Educação Ambiental (E A) e a Comunicação Social (C S) como seus instrumentos, conforme o Art. 8º, inciso VII e no Decreto, conforme o Art. 77º. Desta forma, para fins desta Lei, intensificar as ações de E.A. e a C.S. é estratégico e coerente com os seus princípios e objetivos.

Assim, fazer refletir nas tipologias de planos municipais os pilares dos processos educativos e comunicativos como articulação, intervenção, avaliação e informação, devem ser dotados de capacidade técnica para responder adequadamente à demanda por aplicação de tais instrumentos para mitigação dos principais problemas atuais de resíduos sólidos pertinentes ao município e ainda às mudanças climáticas, desmatamentos, recursos hídricos, mudanças de padrão de produção e consumo entre outros, demonstrando que o papel e as ações de EA e de Comunicação atuam de modo interdisciplinar, podendo contribuir em grande sinergia para com outras políticas, otimizando custos de operação e potencializando os resultados.

A referência a Educação Ambiental e Controle Social na área de resíduos sólidos é necessário que se reconheça quais são as possibilidades e as dificuldades do município e do poder municipal, relacionadas com as setoriais, e qual a exequibilidade das ações propostas e incentivadas dentro da perspectiva de planejamento de médio e longo prazos. Afinal, diferentemente de programas pontuais ou eventuais, a EA e CS a partir de sua implementação através dos planos de resíduos sólidos, possuem caráter permanente, transversal e indissociável das demais temáticas.

É importante que os gestores municipais tenham claramente a dimensão e a abrangência dos programas de EA e CS nos planos de resíduos sólidos no contexto dos seus respectivos. O gestor público precisará incorporar o que é e como deve funcionar a EA e a CS nos sistema de limpeza urbana em toda a sua complexidade.

Embora se reconheça que o poder público municipal sobre a gestão de resíduos sólidos já incorporou certa rotina, inclusive quanto a sensibilização dos gestores sobre a reutilização e a reciclagem, pontos fundamentais no processo. Contudo, carecem de ação continuada junto a população para esta contribuir (e agora também cumprir o estatuto de cidadania) trazendo como desafio central dos municípios, lidar com o Plano na escala do individual e na dimensão da pessoa.

Nesse sentido, por exemplo, é fundamental desenvolver atividades de EA e CS para motivar uma maior participação do cidadão no sistema de limpeza municipal, mostrando-lhe as consequências ambientais, econômicas e sociais de atos simples e diários como o correto acondicionamento de nossos resíduos, a observância dos horários de coleta, o não jogar resíduos nas ruas, o varrer e conservar limpas as calçadas.

Estas são medidas que há décadas têm sido incentivadas, contudo, sem grande sucesso, por conta certamente das descontextualizações das campanhas como processos formativos de cidadania. Tais práticas com resultados positivos, somadas a ação coordenada com as dos catadores-educadores de resíduos seriam decisivas para uma eficiente gestão municipal de resíduos sólidos.

Há ainda necessidade de disseminação do conhecimento existente sobre a reciclagem e aplicação de seus produtos; necessidade de atuação firme do poder público no licenciamento e fiscalização da gestão dos resíduos sólidos em geral.

Já está amplamente disposta a correlação dessas perspectivas com a EA e CS no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) pela Resolução N^o 422/2010 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) através da Resolução N^o 98/2009 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), gerando demandas e orientações específicas que deveriam receber algum nível de priorização na medida em que são estruturantes para cumprir as designações e metas dos Planos.

O gestor municipal reclama das dificuldades de se realizar fiscalização adequada; má atuação de outros atores envolvidos com disposição irregular; carências de recursos econômicos, materiais e humanos para a gestão adequada, principalmente em pequenos municípios. Da mesma forma que apresenta demandas às outras instâncias governamentais que consideram técnica e politicamente corretivas, com regras mais claras e flexíveis para licenciamento de atividades, maior fiscalização, incentivos para implantação e operação de áreas de manejo.

Há também o eminente enfrentamento na direção de práticas sustentáveis com os quesitos da produção e do consumo atualmente modelados sem perspectiva crítica e das limitações decorrentes, deixando de lado os problemas do nosso dia-a-dia.

O envolvimento dos diversos segmentos socioeconômicos deveria ser para além do técnico e do político. Ora, é perceptível que boa parte dessas providências a serem tomadas depende necessariamente da atuação da EA e da CS gerando condições de implantação e consolidação da gestão de resíduos sólidos pois tais ações atuarão amplamente sobre forma do cidadão se comportar.

A questão dos resíduos sólidos e de sua superação é da dimensão de um desafio civilizacional, é humana, trata de ideologia, de visão de mundo. Há necessariamente outros paradigmas a serem trazidos aos planos municipais que a EA e CS poderão contribuir em explicitar que se encontra na própria formação do pensamento moderno e na transformação inter e intrageracional de modelos e sistemas de crenças. São processos fundamentalmente de geração de cultura, portanto, extremamente complexos e longevos.

Assim, o desenvolvimento de diretrizes, estratégias, metas, programas e as atividades propriamente ditas dos planos municipais têm no desenvolvimento transversal da EA e CS as condições indispensáveis para técnicos e gestores municipais e para os atores que interagem através do plano, orientando ações coordenadas e revelando potencialidades e oportunidades para a efetividade da gestão local de resíduos sólidos.

6.3.6.2 Proposta de Ação

A larga abrangência temática da EA e da CS, com o estabelecimento de uma grande pluralidade de objetivos sugere o claro estabelecimento de prioridades para conduzir um processo de implementação eficaz e eficiente.

Pode-se admitir também que a elaboração e implementação dos planos municipais lidarão com fatores limitadores ao efetivo progresso esperado tais como dificuldades na montagem do arranjo institucional e da máquina necessária para a coordenação e acompanhamento da implementação do plano como falta de alinhamento dos atores estratégicos na condução das atividades mínimas necessárias.

Nesse sentido, seguem dois grandes programas-base, ou seja, com características globais suficientes para darem condições de simultaneamente descreverem a linha estratégica de ação local e os respectivos espaços de aprofundamento.

➤ Programa 1

O Programa 1 tem por objetivo o desenvolvimento das ações de capacitação, voltadas a agentes multiplicadores que possam, pela via de programas descentralizados e capilares de educação ambiental focados em resíduos sólidos, difundir conceitos e práticas, além de apoiar transversalmente a implementação dos planos municipais.

Os conceitos da gestão integrada de resíduos sólidos devem ser difundidos em todo o território municipal e regional, o que demanda a capacitação de agentes multiplicadores e o apoio a ações capilares que tais agentes venham a empreender no município e na região.

As ações municipais estarão focadas em programas continuados de capacitação, contemplando a perspectiva de formar agentes multiplicadores para diferentes públicos-alvo informais, dentre os quais se destacam os gestores e técnicos municipais, segmentos sociais estratégicos como catadores de resíduos na perspectiva do catador-educador e públicos formais, através das redes de ensino públicas e particulares, escolas técnicas e universidades.

Em função do exposto recomenda-se o seguinte:

- Realizar o mapeamento inicial da demanda por capacitação no âmbito do município.
- Construir projeto político-pedagógico de médio e longo prazos.
- Desenvolver os processos formativos regionais presenciais e à distância dirigidos ao público priorizado.

➤ Programa 2

O Programa 2 tem por objetivo difundir conceitos, iniciativas e demais informações relativas à integrada de resíduos sólidos para o conjunto da sociedade local e regional.

A comunicação social pode conferir sustentação, aderência e legitimidade

às ações do plano, incorporando comunidades e atores relevantes aos processos da gestão integrada de resíduos sólidos que demandam interação com a sociedade.

Refere-se a iniciativas de difusão ampla de informações sobre a gestão de integrada de resíduos sólidos, seja para finalidades genéricas, seja para apoio a programas específicos. Deve-se buscar os diversos veículos de divulgação, incluindo a articulação com redes de organizações não governamentais com atuação na temática ambiental e de resíduos sólidos.

A disseminação da informação e do conhecimento via formação de “redes”, será importante linha de ação como veículo de compartilhamento de experiências e informações.

No contexto do Programa 2 recomenda-se o seguinte:

- Estabelecer estratégia de comunicação no âmbito do município e com a sociedade, sob os enfoques local e regional.
- Implantar Plano de Comunicação para a gestão integrada de resíduos sólidos com a sociedade.
- Constituir uma rede de troca de experiências sociambientais de boas práticas em resíduos sólidos.

6.3.7 Definição de Nova Estrutura Gerencial

Conforme já citado anteriormente neste trabalho a nova estrutura gerencial consiste na criação do Consórcio Público de Direito Público, constituído pelos municípios da bacia hidrográfica da qual Careiro da Varzea está inserido, que terá como incumbência a prestação dos serviços de saneamento básico, inclusive os serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos.

O primeiro nível hierárquico deverá contar com Assembleia Geral constituída pelos Prefeitos dos municípios que integram o Consórcio e um representante do Governo Estadual, um Conselho Fiscal composto por um vereador eleito por cada uma das Câmaras de Vereadores e um Conselho de Regulação e Fiscalização que será constituído por 5 membros por município, sendo 2 por Conselho Municipal de Saneamento Básico, ou na ausência deste do Meio Ambiente, 1 representantes dos movimentos sociais, 1 representante da Diretoria Executiva do Consórcio e 1 repre-

sentante dos empresários.

O segundo nível hierárquico é a Diretoria Executiva, que tem a si subordinadas cinco Divisões a de Água e Esgotos, Drenagem, Expansão, Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos, bem como, a Administrativa e Financeira. A cada uma das Divisões estão vinculados os setores.

Estão também incorporados a essa estrutura funcional, como órgãos de assessoria da Diretoria Executiva, a Assessoria Jurídica, a Comissão Permanente de Licitação, o Controle Interno, o Planejamento e Coordenação, bem como os Recursos Humanos e as Relações Públicas.

6.3.8 Sistema de Cálculo dos Custos Operacionais e Investimentos

6.3.8.1 Relação de Investimentos

No quadro apresentado a seguir pode-se observar os itens que compõem a estimativa dos investimentos para implantação do aterro sanitário, ou seja, mais especificamente o Centro Integrado de Resíduos Sólidos - CIRS do município do Careiro da Várzea, composto por várias unidades, entre elas, as seguintes:

- Aterro Sanitário;
- Prédio de Administração;
- Área para Recebimento e Armazenamento de Pneus Inservíveis;
- Área para recebimento e Armazenamento de Resíduos de Saúde;
- Área para Recebimento e Armazenamento de Resíduos de Construção Civil;
- Área para Recebimento de Resíduos Volumosos (cata Bagulho);
- Área de Trituração de Galhos e Folhas;
- Pátio para Compostagem;
- Sala de Pesagem de Veículos com Sanitário; e,
- Balança.

As unidades planejadas para o apoio do CIRS são:

- Auditório;
- Garagem de Máquinas;
- Oficina e Borracharia;
- Portaria;

- Refeitório;
- Vestiário e Almoxarifado;
- Instalação para Lavagem de Veículos;

Além do que foi relacionado foram considerados nas estimativas para implantação do CIRS o alambrado, um poço para captação de água potável, um reservatório metálico, instalações para energia elétrica e arruamentos.

Considerando os preços de mercado e os quantitativos de materiais e de mão de obra, bem como o BDI estima-se o custo para a implantação das unidades citadas o valor de R\$ 1.489.876,88. Acrescentando-se o valor do terreno igual a R\$ 58, 000,00 a totalização para implantação das obras do CIRS de Careiro da Várzea será de R\$ 1.547.876,88.

A operacionalização do CIRS deverá contar com outros equipamentos tais como trator sobre esteiras, uma balsa para o transbordo um triturador de galhos e outros cuja estimativa dos custos da ordem de R\$ 950.000,00. Assim sendo, a implantação do CIRS de Careiro da Várzea exigirá investimentos, considerando as fases preparatórias de projeto básico, da ordem de R\$ 2.497.876,88.

TABELA 6.3.8.1.1 - TABELA ORÇAMENTÁRIA DE CAREIRO DA VÁRZEA

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	Administração	m ²	50	822,76	41.138,00
2	Rec e armazenagem de pneus inserv	m ²	50	526,76	26.338,00
3	Rec e armazenagem de resíduos de serv de saúde	m ²	30	822,76	24.682,80
4	Rec e Trat de resíduos de CC	m ²	30	526,76	15.802,80
5	Rec e Armaz de Cata Bagulhos	m ²	100	526,76	52.676,00
6	Triturador de Folhas e Galhos	m ²	30	526,76	15.802,80
7	Auditório	m ²	40	822,76	32.910,40
8	Garagem de máquinas	m ²	60	526,76	31.605,60
9	Oficina, borracharia e garagem	m ²	150	526,76	79.014,00
10	Pátio de compostagem	m ²	300	30,00	9.000,00
11	Portaria	m ²	9	822,76	7.404,84
12	Refeitório	m ²	32	822,76	26.328,32
13	Sala de Pesagem com sanitário	m ²	7	822,76	5.759,32
14	Vestiário e Almoxarifado	m ²	150	822,76	123.414,00

15	Alambrados	m	700	45,00	31.500,00
16	Balança	unid	1	70.000,00	70.000,00
17	Instalação para Lavagem de Veículos	m ²	60	500,00	30.000,00
18	Poço	unid	1	70.000,00	70.000,00
19	Reservatório metálico	unid	1	45.000,00	45.000,00
20	Arruamentos	m ²	7000	60,00	420.000,00
21	Alambrados	m	700	45,00	31.500,00
22	Posto de Energia Elétrica	unid	1	300.000,00	300.000,00
23	SUBTOTAL 1				1.489.876,88
24	Terreno	há	5,8	10.000,00	58.000,00
25	TOTAL				R\$ 1.547.876,88

Devido às necessidades dos aglomerados rurais (comunidades) existentes no município estima-se o montante de R\$ 48.000,00 por comunidade, para implantação de ecopontos padrão e instalações para compostagem, que deverão ser operados pela população local, de forma comunitária.

6.3.8.2 Sistema de Cálculo dos Custos Operacionais

Para apuração dos custos operacionais esta prevista os seguintes indicadores:

- Coleta:

Para coletar 16m³, três garis realizam em quatro horas, estimando-se de 4,30 a 6,8 casa/minuto/gari;

- velocidade média de coleta – 6,5km/h.

- Descarga:

- caminhão basculante – cinco minutos;
- caminhão sem basculante (3 garis) – 15 a 20 minutos.

- Custos:

- Coleta de lixo – R\$ 63,72/t;
- Transporte a aterros – R\$ 30,00/t.

- Fórmulas para cálculo da frota regular:

Para cidades de pequeno e médio porte

$$Nf=(Lc/(Cv \times Nv)) \times Fr$$

onde:

Nf = Quantidade de veículo

Lc = Quantidade de resíduos a ser coletado em m³ ou t.

Cv = Capacidade de veículo em m³ ou ton (considerar 80% da capacidade).

Nv = Número de viagem por dia (máximo de três viagens).

Fr = Qtdd de Dias Prod de resíduos por semana/quantdd de dias efetivamente coletados

- Varrição

A varrição é de fundamental importância, pois sua execução dá aspecto de cidadania, evitando imagem de cidade suja, obstrução das galerias pluviais, bocas de lobo e assoreamento dos rios. Esta deve ocorrer diariamente e em todas as diversas áreas da comunidade, tais como: áreas residenciais, áreas comerciais, feiras, etc.

- média de varrição: 1 a 2 km/gari/dia;
- média de remoção: 850 a 1.260 l/km/dia;
- média de varredor/1.000 habitantes: 0,40 a 0,80.

- Capina

- média de capinação manual: 150m²/homem/dia;
- média de roçagem manual: 200m²/homem/dia;
- roçadeira costal: 300m²/homem/dia;

6.3.9 Forma de Cobrança dos Custos dos Serviços Públicos

Considerando a capacidade de endividamento da Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea, bem como a capacidade de pagamento dos custos dos serviços públicos num município onde parcela significativa sobrevive em função dos programas sociais dos governos estadual e federal entende-se que

a cobrança dos custos dos serviços de limpeza pública e manejo dos resíduos sólidos será parcial, através da conta de água e esgotos sanitários, que será emitida pelo Consórcio, cobrindo apenas as despesas operacionais havendo necessidade de subsídios por parte das esferas de governo estadual e federal.

6.3.10 Iniciativas para Controle Social

A partir da identificação dos atores sociais envolvidos com a temática do saneamento básico e gestão integrada de resíduos sólidos durante a realização das atividades que contaram com a participação da sociedade local durante a elaboração dos PMSB e PMGIRS um Comitê Local deve ser formado.

Esta será uma instância deliberativa municipal, responsável pela coordenação, condução e acompanhamento da implementação dos PMSB e PMGIRS. Sua composição contará com representantes do poder público (Executivo e Legislativo), da iniciativa privada (prestadores de serviços, profissionais autônomos, empresários, etc.) e da sociedade civil (conselhos municipais, entidades profissionais, movimentos sociais, ONGs).

Será assegurada a participação:

- dos titulares dos serviços;
- de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;
- dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;
- dos usuários de serviços de saneamento básico;
- de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

De acordo com o Art. 47 da Lei Nº 11.445/2007 os órgãos colegiados podem ser conselhos ou comitês já constituídos, desde que adaptados para a realização das atividades voltadas à política de saneamento básico e gestão integrada de resíduos sólidos no município.

Dos 62 (sessenta e dois) municípios do Estado, Careiro da Várzea possui indicadores de gestão ambiental críticos, dentre outros aspectos considerando a inexistência de um Conselho Municipal de Meio Ambiente atuante e com visibilidade (AMAZONAS, 2010).

6.3.11 Sistemática de Organização das Informações Locais ou Regionais

A organização das informações dos 4 eixos do saneamento básico será elaborada pelo setor competente do Consórcio a ser constituído, cujo estatuto cujo estatuto prevê a operação e administração, inclusive, dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, bem como drenagem urbana e manejo de águas pluviais.

6.3.12 Ajuste na Legislação Geral e Específica

Em função do que foi exposto este Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos tem por objetivo disponibilizar meios para a elaboração da política municipal de saneamento básico, que será implantada através da Lei Municipal de Saneamento Básico – LMSB, cujo Projeto de Lei está em fase de elaboração para discussão e aprovação na Conferência Municipal de Saneamento Básico, bem como posterior encaminhamento à Câmara Municipal para análise, discussão e aprovação dessa Casa Legislativa.

6.3.13 Agenda de Implementação

Visando o atendimento da legislação vigente, que determina o ano de 2014 para extinção de todos os lixões existentes de todo o Brasil, este PMGIRS considerou a agenda de implementação como a que prevê a Lei, entretanto, considerando a capacidade de investimentos do município em questão é praticamente impossível que a legislação em vigor seja cumprida sem recursos financeiros dos Governos Estadual e Federal.

6.3.14 Monitoramento e Verificação dos Resultados

O monitoramento e verificação dos resultados será realizado através de estreito relacionamento entre a Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal com a diretoria executiva do Consórcio, pois os dados e informações serão obtidos por ele conforme anunciado anteriormente.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amazonas. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. *Anuário Estatístico Do Amazonas*, v.1, 1965. – Manaus: SEPLAN/DEPI, 2009-2010 v. 23 tab. Anual.

Amazonas. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. *Condensado de Informações sobre os Municípios do Estado do Amazonas* - 9. ed. Atual. Manaus: SEPLAN, 2011. 164p. : il.

Amazonas. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. *Produto Interno Bruto Municipal – 2002 -2009*. Manaus, dezembro de 2011. Manaus: SEPLAN, 2011.

Amazonas. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. *Estimativa Populacional para os municípios do estado do Amazonas – 2011 - 2020*. Manaus, dezembro de 2010. Manaus: SEPLAN, 2010.

Biblioteca Virtual do Amazonas. Governo do Estado do Amazonas. < <http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/>> Acesso em Setembro de 2011.

Brasil. Ministério das Cidades. Guia para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico - Brasília: Ministério das Cidades, 2011. 2ª edição. 152 p.

Brasil. Ministério das Cidades. Organização Pan-Amareicana da Saúde. Política e Plano de Saneamento Ambiental: experiências e recomendações – Brasília: Ministério das cidades, 2011. 2ª edição. 148 p.

Brasil. Ministério das Cidades. Peças Técnicas Relativas a Planos Municipais de Saneamento Básico - Brasília: Ministério das Cidades, 2011. 1ª edição. 244 p.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. ICLEI. Planos de Gestão de Resíduos Sólidos: Manual de Orientação. Brasília, 2012.

Confederação Nacional dos Municípios – CNM. Saneamento Básico para Gestores Públicos. – Brasília/DF: CNM, 2009. 260 p.

Magalhães, Débora Neide. Elemento para Diagnostico em Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Dores Campos MG. Pg. 126 Ano 2010.

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. Ministério dos Transportes. Mapa Multimodal do Amazonas. 2009.

Galvão Junior, Alceu de Castro. A informação no Contexto dos Planos de Saneamento Básico./ Alceu de Castro Galvão Junior, Geraldo Basilio Sobrinho, Camila Cassundé Sampaio. – Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010. 285p.

Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censos Demográficos históricos.

Jornal do Tempo. (s.d.). Acesso em 28 de Setembro de 2011, disponível em Jornal do Tempo: <<http://jornaldotempo.uol.com.br/previsaodotempo.html/brasil/>> Acesso em Novembro de 2011.

Portal ODM - Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. 2009. < <http://www.portalodm.com.br/index.php>> Acesso em: Dezembro de 2011.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Segov/AM. (s.d.). Segov - Secretaria de Governo do Estado do Amazonas. Acesso em 28 de Setembro de 2011, disponível em Segov: <http://www.segov.am.gov.br/programas_03.php?cod=0108> Acesso em: Outubro de 2011.

Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Ministério das Cidades. *Diagnósticos dos serviços de Água e Esgoto*. 1995 – 2009.

Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Ministério das Cidades. *Diagnósticos do Manejo dos Resíduos Sólidos Urbanos*. 2002 – 2009.

8 ANEXOS

ANEXO 1 – PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

ANEXO 2 – DOCUMENTAÇÃO REFERENTE A MOBILIZAÇÃO SOCIAL

ANEXO 2.1 – FOLDER DE DIVULGAÇÃO

ANEXO 2.2 – LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DE DIVULGAÇÃO – 13.DEZ.2011

ANEXO 2.3 – LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DE DIVULGAÇÃO PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) – 30.JAN.2012

ANEXO 2.4 – LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DE DIVULGAÇÃO – 02.FEV.2012

ANEXO 2.5 – LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DE DIVULGAÇÃO – ESCOLA ESTADUAL VITAL DE ANDRADE BRANDÃO - 08.FEV.2012

ANEXO 2.6 – LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DE DIVULGAÇÃO – ESCOLA MUNICIPAL FREI ISIDORO - 09.FEV.2012

ANEXO 2.7 – LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DE DIVULGAÇÃO – ESCOLA ESTADUAL TIBÚRCIO ALVES MOGEIRO - 16.FEV.2012

ANEXO 2.8 – LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DE DIVULGAÇÃO – ESCOLA ESTADUAL TRANCREDO DE ALMEIDA NEVES - 17.FEV.2012

ANEXO 2.9 – LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DE DIVULGAÇÃO – ESCOLA MUNICIPAL BALBINA MESTRINHO - 22.MAR.2012

ANEXO 2.10 – ATA DE ELEIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS E PECUARISTAS DA COMUNIDADE SÃO SEBASTIÃO DO DISTRITO DE CURARI GRANDE E PARANÁ MIRIM - 02.SET.2012

ANEXO 2.11 – RELATÓRIO E LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DE DIVULGA-

ÇÃO PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) - 07.JAN.13

ANEXO 2.12 – RELATÓRIO E LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DE DIVULGAÇÃO NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DO PARAUÁ – 12.JAN.13

ANEXO 2.13 – RELATÓRIO E LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DE DIVULGAÇÃO NA COMUNIDADE SÃO SEBASTIÃO – 15.JAN.13

ANEXO 2.14 - RELATÓRIO E LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DE DIVULGAÇÃO NO GINÁSIO ALBERTO SANTO MIGUEIS – 19.JAN.13

ANEXO 2.15 - RELATÓRIO E LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DE DIVULGAÇÃO NA ESCOLA FREI SIDORO – 26.JAN.13